



**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE**  
**FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**Departamento de Ciência Política e Administração Pública**  
**Mestrado em Ciência Política**

**Recursos Naturais e Restauração Autoritária Num  
Sistema de Partido Dominante: O Caso de Moçambique  
(2009 – 2019)**

**Américo Mário Maluana**

**Supervisor: Prof. Eduardo Siteo**

**Maputo, Abril de 2025**

**Américo Mário Maluana**

**Recursos Naturais e Restauração Autoritária Num Sistema  
de Partido Dominante: O Caso de Moçambique (2009 –  
2019)**

Dissertação apresentada à Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política.

**Supervisor: Prof. Eduardo Siteo**

Maputo, Abril de 2025

## SUMÁRIO

<b>DECLARAÇÃO DE HONRA</b>	iv
<b>DEDICATÓRIA</b>	v
<b>AGRADECIMENTOS</b>	vi
<b>LISTA DE ABREVIATURAS</b>	vii
<b>EPIÍGRAFE</b>	viii
<b>RESUMO</b>	ix
<b>ABSTRACT</b>	x
<b>CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO</b>	11
1. Problema de Pesquisa .....	12
2. Objectivos da Pesquisa .....	16
2.1. Geral.....	16
2.2. Específicos .....	16
3. Hipótese .....	16
4. Justificativa .....	16
<b>CAPÍTULO II</b>	18
1. Recursos Naturais e Democratização: Estado da Arte.....	18
<b>CAPÍTULO III</b>	21
1. Enquadramento Teórico e Conceptual.....	21
1.1. Quadro Conceptual .....	22
1.1.1. Sistema de Partido Dominante.....	22
1.1.2. Autoritarismo .....	25
1.2. Referencial Teórico.....	26
1.2.1. O Estado Rentista.....	27
<b>Capítulo IV</b>	30
1. Metodologia .....	30
<b>CAPÍTULO V – Apresentação, Análise E Interpretação Dos Resultados</b>	32
1. Recursos Naturais Estratégicos em Moçambique: Da Dependência Externa Extrema Para a Dependência nas Futuras Receitas do Gás.....	32
1.2. Do Sul para o Extremo Norte: a Revolução do Gás Natural .....	34
2. A Institucionalização da Democracia em Moçambique .....	36
2.1. A Formação do Sistema Partidário: da Bipolarização Política à ascensão do Partido Dominante em Moçambique.....	38
3. Recursos Naturais e Restauração Autoritária em Moçambique .....	46
3.1. Autoritarismo Eleitoral e as Dinâmicas da Competição Política.....	54
3.2. Implicações no Espaço Cívico .....	57

4. Considerações Finais 59
5. Referências Bibliográficas 62

## Lista de Ilustrações

Figura 1: Tipologia de dominância partidária em sistemas políticos.....	24
Tabela 1: Estágio actual dos projectos da Bacia do Rovuma.....	35
Tabela 2: Resultados das Eleições Legislativas (1994 – 2019).....	40
Tabela 3: Resultados das Eleições Presidenciais (1994 – 2019).....	42
Tabela 4: Classificação de Moçambique no ID.....	51
Tabela 5: Tendências dos Indicadores de participação no Ibrahim Index of African Governance (2012 – 2019).....	52
Gráfico 1: Configuração do sistema partidário e distribuição dos assentos parlamentares (1994 – 2019).....	41
Gráfico 2. Desempenho de Moçambique no ID por categoria (2010 – 2019).....	50
Gráfico 3: Desempenho de Moçambique no Índice de Democracia Eleitoral (2009 - 2019).....	53
Gráfico 4: Tendência de Moçambique em relação a transparência das eleições, autonomia dos órgãos de administração eleitoral e competição política.....	56
Gráfico 5: Tendência de Moçambique sobre o ambiente de participação e repressão das OSC's.....	58

## **DECLARAÇÃO DE HONRA**

Declaro por minha honra que o presente trabalho de fim de curso nunca foi apresentado, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau e que o mesmo constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando citadas, no texto e na bibliografia todas as fontes utilizadas para a sua concepção.

O Mestrando

---

Américo Mário Maluana

Maputo, Abril de 2025

## DEDICATÓRIA

Sempre a vocês (Mário & Anastácia), meus pais. A vossa educação é o presente mais precioso que recebi na vida.

Aos meus amados irmãos (Tónia, Lurdes e Jonathan). Que vos sirva de inspiração!

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à Deus, pelo dom da vida e por iluminar os meus caminhos!

O presente trabalho representa o culminar de uma etapa marcada por muitos desafios, coragem e renúncias. Estes fenómenos não são estranhos a vida académica, que apesar de em alguns momentos ser solitária, é impossível lograr sucesso sem a intervenção de actores que, com todas adversidades, dedicam as suas energias a serviço da ciência. Obrigado a todos que contribuíram para a sua materialização, sobretudo aos docentes do Departamento de Ciência Política e Administração Pública (FLCS-UEM).

Agradeço, de forma particular, ao Prof. Eduardo Siteo, meu supervisor, por ter aceitado me acompanhar neste processo e pela confiança. É, indubitavelmente, uma referência! Os seus comentários sempre pontuais e assertivos deram uma perspectiva e qualidade diferente ao trabalho. Ao Prof. Egídio Guambe, o meu profundo agradecimento por acompanhar com muita atenção a minha trajetória académica e por constantemente me desafiar a alcançar novos patamares.

Os meus agradecimentos são extensivos ao Prof. Adriano Nuvunga, pelas oportunidades profissionais proporcionadas como Pesquisador da Área de Governação de Recursos Naturais, ao Prof. Domingos do Rosário, pelo incentivo a apostar na academia e pelas conversas preliminares a este trabalho; ao Prof. José Jaime Macuane, pelo exímio profissional que é, e pela particularidade de ensinar pelo exemplo; ao Dr. Amilcar Pereira, pelas impressões trocadas aquando da realização do trabalho; e ao Dr. Jaime Guiliche pela amizade.

Expresso a minha gratidão aos meus colegas da turma de Mestrado em Ciência Política pelas experiências partilhadas ao longo do percurso. Aos meus companheiros de trincheiras, Carlos Siteo, Rúben Ucucho, Timóteo Bene, Júlio Rito e Jaime Miambo. Por fim, manifesto a minha gratidão as diferentes individualidades e entidades que permitiram colher dados e realizar entrevistas importantes para robustecer o trabalho. Muito obrigado!

## LISTA DE ABREVIATURAS

<b>AGP</b>	Acordo Geral de Paz
<b>APP</b>	Acordo de Produção de Petróleo
<b>CIP</b>	Centro de Integridade Pública
<b>CNE</b>	Comissão Nacional de Eleições
<b>CPF</b>	Central de Processamento
<b>ENH</b>	Empresa Nacional de Hidrocarbonetos
<b>FDS</b>	Forças de Defesa e Segurança
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>FRELIMO</b>	Frente de Libertação de Moçambique
<b>GNL</b>	Gás Natural Liquefeito
<b>ID</b>	Índice de Democracia
<b>IDE</b>	Investimento Directo Estrangeiro
<b>IIAG</b>	Ibrahim Index of African Governance
<b>INP</b>	Instituto Nacional de Petróleo
<b>IRPC</b>	Imposto sobre Rendimento de Pessoas Colectivas
<b>MDM</b>	Movimento Democrático de Moçambique
<b>MGJ</b>	Milhões de Giga Joules
<b>MITADER</b>	Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural
<b>OSC's</b>	Organizações da Sociedade Civil
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>RENAMO – UE</b>	Resistência Nacional de Moçambique (União Eleitoral)
<b>STAE</b>	Secretariado Técnico de Administração Eleitoral

## **EPIGRAFE**

“Elected autocrats maintain a veneer of democracy while eviscerating its substance.”

(Levitsky & Ziblatt, 2018, pp.10)

## RESUMO

O presente estudo analisa as implicações políticas da abundância de recursos naturais estratégicos na governação democrática num sistema de partido dominante, partindo do caso de Moçambique, no horizonte temporal que compreende 2009 e 2019. Em termos metodológicos, os dados que enformam a análise foram colectados pela triangulação de diferentes técnicas, desde a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e entrevistas semi-estruturadas. Os resultados do estudo mostram que apesar de as tendências autoritárias de gestão do poder serem, praticamente congénitas ao regime, a descoberta de recursos naturais estratégicos fez recrudescer tais tendências. Esses recursos influenciam a trajetória e a configuração do sistema partidário dominante em Moçambique, na direção de uma democracia iliberal, através do enfraquecimento da competição política, autoritarismo eleitoral e reforço do poder autoritário, com implicações no espaço cívico. Para a elite política, a expectativa de exploração de recursos e um futuro menos dependente de ajuda externa virou sinónimo de uma governação menos vulnerável às pressões dos doadores para a institucionalização das normas democráticas. O bipartidarismo que se assistiu nos primeiros anos de institucionalização da democracia, marcado pela alta competição política e eleitoral entre a Frelimo e a Renamo, foi substituído por um sistema de partido dominante com tendências hegemónicas. Sucede que este domínio não tem sido sustentado por pressupostos de maturação do sistema democrático, havendo uma trajetória oposta, que remete a ideia de efervescência autoritária e preservação do poder a todo o custo, sobretudo a partir de 2009, num contexto que coincide com a descoberta de enormes quantidades de recursos estratégicos na Bacia do Rovuma.

**Palavras-chave:** recursos naturais estratégicos, sistema de partido dominante, autoritarismo.

## ABSTRACT

This study analyses the political implications of strategic natural resources endowment on democratic governance in a dominant party system, with focus on the case of Mozambique in the time horizon that comprises 2009 and 2019. In terms of methods, the data that inform the analysis were collected by triangulation of different techniques, from bibliographical research, documentary research and semi-structured interviews. The results of the study show that despite the authoritarian tendencies of power management being practically congenital to the regime, the discovery of strategic natural resources made such tendencies resurgence. These resources influence the trajectory and configuration of the dominant party system in Mozambique, towards an illiberal democracy, through the weakening of political competition, electoral authoritarianism and reinforcement of authoritarian power, with implications for civic space. For the political elite, the expectation of natural resource exploitation and a future less dependent on external aid became synonymous with governance less vulnerable to pressure from donors to institutionalize democratic norms. The two-party system that was seen in the first years of institutionalization of democracy, marked by high political and electoral competition between Frelimo and Renamo, was replaced by a dominant party system with hegemonic tendencies. It turns out that this dominance has not been supported by assumptions of maturation of the democratic system, with an opposite trajectory, which refers to the idea of authoritarian effervescence and preservation of power at all costs, especially since 2009, in a context that coincides with the discovery of huge reserves of strategic resources in the Rovuma Basin.

**Keywords:** strategic natural resources, dominant party system, authoritarianism.

## CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

O processo de democratização carregou consigo uma série de promessas tanto sob ponto de vista de desenvolvimento ou progresso, como sob ponto de vista de usufruto dos direitos e liberdades dos cidadãos. Entretanto, a experiência mostra que tais promessas nem sempre foram possíveis de concretizar, de tal forma que mesmo os países que registaram, por algum tempo, algum sucesso na institucionalização das normas democráticas tendem a perder os atributos essenciais dos regimes democráticos. Sobre este fenômeno, são várias as causas que têm sido apontadas, mas actualmente a abundância de recursos naturais estratégicos ganhou proeminência, pela sua capacidade de enfraquecer as instituições basilares do processo democrático e fortalecer o autoritarismo (Jensen and Wantchekon, 2004; Aslaksen, 2010; Ross, 2012; Ross, 2013).

Apesar de existirem estudos que se debruçam a respeito desta aparente correlação, reflexões sobre Moçambique são quase inexistentes. Deste modo, a partir de uma extensiva revisão de literatura, o presente estudo procura analisar o impacto da abundância dos recursos naturais estratégicos na governação democrática num sistema de partido dominante, partindo do caso de Moçambique. Nesta perspectiva, é orientado pelas seguintes questões de pesquisa: *Quais são as implicações da abundância de recursos naturais estratégicos para a governação democrática em Moçambique? De que forma os recursos naturais estratégicos podem contribuir para a consolidação do sistema de partido dominante e para o reforço do poder autoritário em Moçambique?*

Do ponto de vista metodológico, este estudo é de natureza qualitativa e apoia-se empiricamente em fontes documentais e na literatura sobre governação de recursos naturais, democratização e sistemas partidários. Para além de recorrer a entrevistas com actores-chave, selecionados usando a técnica de amostragem intencional não probabilística, a análise serve-se igualmente dos dados produzidos pelo *Economist Intelligence Unit* (Democracy Index), que são cruzados com os dados do Índice de Avaliação da Governação Africana Mo Ibrahim (IIAG) e do V-DEM (Varieties of Democracy). Estas ferramentas permitem medir a tendência de Moçambique em relação a governação democrática ao longo do período que compreende a pesquisa.

No que tange a estrutura, o estudo está organizado em cinco capítulos. O primeiro capítulo, o qual inclui a presente introdução, apresenta também o problema de pesquisa, os objectivos, a

hipótese e a justificativa do estudo. No segundo capítulo, é feita uma revisão de literatura sobre o nexos recursos naturais e democratização em África de uma forma geral, e em Moçambique em particular. Por sua vez, o terceiro capítulo, faz o enquadramento teórico e conceptual do estudo, que permite fazer o recorte e compreender o objecto em análise. Segue-se o quarto capítulo, dedicado a exposição pormenorizada das escolhas metodológicas que norteiam o estudo. Por fim, o quinto capítulo, é reservado para apresentação, análise e interpretação dos dados. Sem pretensões de apresentar conclusões definitivas, o trabalho termina com considerações finais e apresenta as referências bibliográficas.

## 1. Problema de Pesquisa

Os sistemas democráticos são quase universalmente aceites como importantes para alcançar o desenvolvimento económico e, eventualmente, a paz e a segurança mundiais. Também há suposições de que o progresso económico poderia desempenhar um papel influente na promoção da democratização. No entanto, em alguns casos em que a fonte do desenvolvimento económico originou-se de recursos naturais como o petróleo, a história pode tomar outro rumo<sup>1</sup>. A terceira onda de democratização, que teve início na década de 1970, levou um número crescente de cientistas a investigar as causas da transição democrática. Nos últimos anos, um factor que tem sido negativamente associado à democratização é a riqueza em recursos naturais<sup>2</sup>.

Com efeito, menos de 30 anos depois de Fukuyama e outros terem declarado o domínio eterno da democracia liberal, eis que se abateu sobre o mundo uma terceira onda de autocratização, caracterizada por declínios graduais dos atributos do regime democrático. A este respeito, estudos recentes mostram que os padrões de autocratização ou de declínio democrático mudaram. Ou seja, se antes o declínio democrático se manifestava por via de golpes militares e fraude eleitoral, actualmente existem formas mais sutis de autocratização, como a repressão, censura, perseguição da oposição e restrições a sociedade civil e subversão dos mecanismos de *accountability* vertical e horizontal<sup>3</sup> ou até por via da própria lei<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> AHMED, Raed A. (2010). *A critical analysis of the role of oil in hindering transition towards democracy in the Middle East*. Information, Society and Justice, Vol.3, pp 95 – 105.

<sup>2</sup> BJØRNDAL, Magnus. (2015). *Authoritarian regime type, oil rents and democratic transition: Investigating the oil curse*. Master thesis, Department of Political Science. University of Oslo, pp.1

<sup>3</sup> LUHRMAN, Anna, LINDBERG, Staffan (2019). *A third wave of autocratization is here: what is new about it? Democratization*, DOI: <https://doi.org/10.1080/13510347.2019.1582029>

<sup>4</sup> LEVITSKY, Steven, ZIBLATT, Daniel (2018). *HOW DEMOCRACIES DIE*. New York: Crown. pp.8

O expectável após a descoberta de recursos naturais é que os países alcancem melhores níveis de desenvolvimento, entretanto, os países ricos em recursos tendem, paradoxalmente, a ter níveis mais elevados de conflito, autoritarismo e taxas mais baixas de estabilidade e crescimento económico<sup>5</sup>. Com efeito, parte significativa da literatura sobre o potencial impacto dos recursos naturais nos resultados democráticos, argumenta que a riqueza dos recursos aumenta a probabilidade de um país ser autoritário<sup>6</sup>. Esta correlação se explica porque esta riqueza tende a estabilizar os regimes autoritários e reduzir as chances de transição democrática, sobretudo em países de baixa renda<sup>7</sup>. Nesses países, a democracia pode representar um custo para os políticos porque os impede de usar as grandes receitas dos recursos naturais estratégicos como bem entendem. Grandes receitas de recursos podem, portanto, criar incentivos políticos para enfraquecer a democracia<sup>8</sup>.

A riqueza em recursos naturais também está fortemente associada a governos ilegítimos. Estimativas indicam cerca de 70% dos países ricos em petróleo e gás são autocracias. Na ausência de legitimidade popular, os recursos naturais conferem a tais regimes os meios financeiros necessários para manter o poder, independentemente do desempenho do governo, o que por sua vez prolonga os resultados negativos para as sociedades sujeitas a um regime disfuncional<sup>9</sup>. Os “checks and balances”, regras institucionais que limitam o abuso político de poder e equilibram o poder político, aumentam o crescimento. No entanto, nota-se que, especialmente em países onde essas regras são importantes, por exemplo, porque o país tem receitas substanciais de recursos naturais, as regras institucionais são minadas<sup>10</sup>.

Em 2010, Moçambique foi palco de uma das maiores descobertas de gás natural no mundo, com potencial de colocar o país no quadro dos principais exportadores e catalisar o seu processo de desenvolvimento. Estas descobertas tiveram lugar no extremo norte do país, província de Cabo-Delgado, nas Áreas 1 e 4 da Bacia do Rovuma, estimadas em cerca de 170 trilhões de pés cúbicos. O desenvolvimento destes campos é o maior da África Subsariana em termos de tamanho de investimentos, podendo ultrapassar os US\$ 100 bilhões de dólares. A abundância

---

<sup>5</sup> NRGÍ. (2015) The Resource Curse: The Political and Economic Challenges of Natural Resource Wealth. NRGÍ Reader, . Disponível em: [https://resourcegovernance.org/sites/default/files/nrgi\\_Resource-Curse.pdf](https://resourcegovernance.org/sites/default/files/nrgi_Resource-Curse.pdf). SACHS, Jeffery. WARNER, Andrew. (1995). *NATURAL RESOURCE ABUNDANCE AND ECONOMIC GROWTH*. NBER Working Paper 5398. Cambridge MA: Harvard Institute for International Development; VAN DE PLOEG, Frederick.(2010). *Natural Resources: Curse or Blessing?*. CESifo Working Paper No. 3125.

<sup>6</sup> BARMA, N. H., KAISER, K.T.M.L., VINUELA, L. (2016). *Rents to Riches? The Political Economy of Natural Resource-Led Development*. Washington DC: The World Bank. pp. 46

<sup>7</sup> ROSS, M. (2013). *The politics of the resource curse: a review*. Los Angeles: University of California.

<sup>8</sup> GYLFASSON, Thorvaldur (2004). *Natural Resources and Economic Growth: From Dependence to Diversification*. No. 4804. Discussion Papers Series. London: Centre for Economic Policy Research.

<sup>9</sup> MAYLEY, J.R. (2015). *A anatomia da maldição dos recursos: Investimento predatório nas indústrias extractivas de África*. Washington DC: Centro de Estudos Estratégicos de África.

<sup>10</sup> Gylfason (2004) *op. cit.* nota 8.

de recursos naturais pode ser vista como uma oportunidade histórica única para escapar da pobreza, melhorar as condições de vida da população, alcançar níveis mais altos de prosperidade e industrialização. Entretanto, os problemas institucionais que o país enfrenta, ligados a má governação, a corrupção e a falta de transparência podem minar as possibilidades de o país alcançar o desenvolvimento e consolidar o poder do partido dominante<sup>11</sup>.

Para além das perspectivas ora existentes no campo da indústria extractiva, nota-se que o ano de 2009 teve um significado político assinalável. Foi em 2009, nas quartas eleições gerais, que a Frelimo saiu vitoriosa e cumpriu os critérios de partido dominante, ao vencer quatro eleições consecutivas. Em 2019, nas sextas eleições gerais de 15 de Outubro, a Frelimo cimentou a sua posição como partido dominante, mantendo o poder durante 30 anos. Mais ainda, nestas eleições, conseguiu eleger 184 dos 250 deputados, ou seja, 73,6% dos lugares, cabendo 60 (24%) a Renamo e 6 (2,4%) ao MDM. Assim, a Frelimo passou a ter mais de dois terços, que constitui a maioria requerida para aprovar alterações a constituição.

O processo democrático e de desenvolvimento de Moçambique foi, durante muito tempo, sustentado pelos doadores. As reformas democráticas introduzidas a partir de 1984 visavam a criação de um ambiente político e legal para a transição do socialismo para uma economia de mercado. Contudo, à medida que as reformas eram implementadas, a economia moçambicana ficava cada vez mais dependente da ajuda externa, de tal forma que entre 1989 e 1993, a assistência internacional cresceu para US \$ 1 bilhão anualmente, tornando Moçambique o país mais dependente da ajuda do mundo<sup>12</sup>.

Na verdade, após a devastadora guerra dos 16 anos, Moçambique era visto pelos doadores como uma história de sucesso em termos de paz, crescimento e transição democrática. A comunidade internacional estava disposta a investir uma quantidade substancial de recursos para sustentar a história moçambicana de sucesso e torná-la um exemplo positivo de construção de um Estado democrático africano pós-conflito<sup>13</sup>. Apesar do esforço descomunal da

---

<sup>11</sup>Dados do INP; MALUANA, Américo M. (2020). *Governação dos Recursos Naturais em Moçambique: Estudo da Implementação da Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva (2009 – 2020)*. Trabalho de Fim de Curso apresentado à Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Administração Pública. Maputo: UEM.

<sup>12</sup>ALDEN, Chris (2001). *Mozambique and the Construction of the New African State: From Negotiations to Nation Building*. New York: Palgrave. pp. 81.

<sup>13</sup> Alden (2001) *Ibidem* pp. 101; NINO, Helena P., LE BILLION, Philippe (2014). *Foreign Aid, Resource Rents and State Fragility in Mozambique and Angola*. The Annals of American Academy of Political Science. Vol. 256. p. 79; DE RENZIO, Paolo, HANLON, Joseph (2007). *Contested Sovereignty in Mozambique: The dilemmas of aid dependence*. GEG Working Paper, No. 2007/25, University of Oxford, pp. 2; HOFMANN, Khatharina (2013). *Economic Transformation in Mozambique: Implications for Human Security*. FES, pp. 6.

comunidade internacional para sustentar o “milagre moçambicano” e o impressionante crescimento médio anual do PIB de 7, 2% na década de 2000, não houve uma transformação económica estrutural em Moçambique<sup>14</sup> e a expectativa de democratização pós-conflito e pós-socialista ainda não se concretizou em Moçambique<sup>15</sup>.

Este cenário teve implicações directas na relação entre Moçambique e os seus doadores tradicionais, porque com os grandes investimentos da indústria do gás, viria a sofrer uma reorientação para uma vertente mais comercial<sup>16</sup>. Esta hipótese foi avançada em 2012, quando o antigo Presidente da República, Armando Guebuza, em entrevista ao Centro Europeu de Desenvolvimento de Políticas de Gestão afirmou que “à medida que tivermos mais recursos em nosso orçamento, precisaremos de mais relações comerciais de negócios com os países que tradicionalmente forneceram financiamento para o desenvolvimento”<sup>17</sup>. Em termos objectivos, a descoberta do gás da Bacia do Rovuma trouxe, para a elite política moçambicana, a expectativa de um futuro menos dependente de ajuda externa e menos vulnerável as pressões dos doadores para a institucionalização das normas democráticas.

Deste modo, tendo em conta o potencial dos recursos naturais estratégicos na mudança da economia política do país, o presente trabalho procura analisar o impacto da abundância dos recursos na governação democrática num sistema de partido dominante, partindo do caso de Moçambique. Com efeito, foram definidas as seguintes perguntas de pesquisa:

*Quais são as implicações da abundância de recursos naturais estratégicos para a governação democrática em Moçambique? De que forma os recursos naturais estratégicos podem contribuir para a consolidação do sistema de partido dominante e para o reforço do poder autoritário em Moçambique?*

---

<sup>14</sup>African Development Bank, Organization for Economic Co-operation and Development, United Nations Development Programme, Economic Commission for Africa (2013). *African Economic Outlook 2013: Structural transformation and natural resources*. OECD, pp. 157.

<sup>15</sup>Nino e Le Billion (2014) *op.cit.* nota 13.

<sup>16</sup>ANDERSON, Emily J. (2012). *What does Hydrocarbon Wealth mean for Foreign Aid in Mozambique?* Policy Briefing 50. Johannesburg: South African Institute of International Affairs, pp.3.

<sup>17</sup>VOLLMER, Frank. (2013). The Changing Face of Africa: Mozambique’s Economic Transformation and its Implications for Aid Harmonisation. *Irish Studies in International Affairs*, 24: 137–64. pp. 138.

## **2. Objectivos da Pesquisa**

### **2.1. Geral**

- Compreender as implicações da abundância de recursos naturais estratégicos para a governação democrática em Moçambique.

### **2.2. Específicos**

- Descrever os recursos naturais estratégicos de Moçambique e o seu potencial fiscal;
- Descrever o processo de institucionalização da democracia e a configuração do sistema partidário moçambicano;
- Examinar a relação entre os recursos naturais estratégicos e o reforço do autoritarismo em Moçambique;
- Analisar o impacto do partido dominante na qualidade da democracia num contexto de abundância de recursos naturais.

## **3. Hipótese**

A descoberta e expectativa de exploração dos recursos naturais estratégicos e a extensão do controlo sobre esses recursos influencia a trajetória e a configuração do sistema partidário dominante em Moçambique, na direção de uma democracia iliberal, através do enfraquecimento da competição política e reforço do poder autoritário.

## **4. Justificativa**

O presente trabalho pretende ser mais uma contribuição do autor na área de pesquisa sobre a indústria extractiva, desta vez, olhando para onexo recursos naturais estratégicos e governação democrática em contextos de partido dominante. Neste âmbito, desenvolve uma nova linha de reflexão, após ter analisado, como requisito para a obtenção do seu grau de licenciatura, o tema “Governação dos Recursos Naturais em Moçambique: Estudo da Implementação da Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva (2009 – 2020)”.

A pesquisa é relevante, sobretudo considerando que as expectativas em torno do desenvolvimento do País recaem, actualmente, nos recursos naturais, com particular ênfase nos hidrocarbonetos (recursos estratégicos). Ademais, a existência desses recursos tem sido associada a algumas das principais crises de Moçambique nos últimos anos, nomeadamente, o

escândalo das dívidas ocultas, que provocou um declínio no crescimento econômico, no investimento directo estrangeiro e nas receitas fiscais; e o extremismo violento que tem fustigado, desde Outubro de 2017, a província nortenha de Cabo Delgado, centro de um dos maiores investimentos da indústria de gás de África e do mundo. Portanto, há uma necessidade de se desenvolverem estudos holísticos, que olhem para os recursos naturais não apenas numa perspectiva meramente económica, como tem sido comumente feito, mas também para o impacto desses recursos na configuração do sistema político moçambicano e suas implicações na distribuição do poder na sociedade e coesão social.

De forma específica, a reflexão desenvolvida nesta pesquisa procura descortinar as implicações da abundância de recursos naturais estratégicos para governação democrática. Questiona, de que forma, estes recursos podem contribuir para a consolidação do sistema de partido dominante e reforço do poder autoritário em Moçambique. A análise é baseada numa perspectiva longitudinal, abarcando o horizonte temporal (2009 – 2019) e postula-se que a descoberta e expectativa de exploração dos recursos naturais estratégicos e a extensão do controlo sobre esses recursos influencia a trajetória do sistema partidário dominante em Moçambique, na direcção de uma democracia iliberal, através do enfraquecimento da competição política e reforço do poder autoritário.

A presente pesquisa emprega, no tema, o conceito “restauração autoritária”, que remete a ideia de retorno de uma ordem anterior ou pré-existente. Sob inspiração de Amin Allal e Marie Vannetzel (2017), este deve ser entendido “como momentos em que ocorrem mudanças que podem afectar as estruturas sociais, políticas e culturais, de forma profunda e sem qualquer orientação histórica pré-definida”. Tais mudanças são muitas vezes mascaradas pela sensação de um regresso a uma ordem anterior ou de um episódio excepcional que está a acabar. No caso concreto, momentos em que os processos de efervescência política pluralista, considerados em toda a sua variedade, são excluídos, podendo dar lugar ao retorno da ordem anterior de efervescência autoritária. Nalguns casos, os momentos de restauração autoritária não conduzem necessariamente ao “retorno do autoritarismo”, mas são caracterizados por processos de encerramento da efervescência pluralista<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> ALLAL, Amin, VANNETZEL, Marie (2017). *Restaurations autoritaires? Politique Africaine* N° 146, pp.5-28.

## CAPÍTULO II

### 1. Recursos Naturais e Democratização: Estado da Arte

Na perspectiva de Ross (2001), a abundância de recursos pode ter um efeito antidemocrático por meio de três mecanismos. O primeiro é o efeito do “estado rentista”, o que significa que os estados que desfrutam de um nível mais alto de receitas de recursos podem tributar menos seus cidadãos (efeito de tributação), podem gastar mais na patronagem (efeito de gasto) e podem usar activa ou passivamente as receitas para evitar a formação de grupos sociais susceptíveis de exigir democratização (efeito de formação de grupo). O segundo mecanismo é o efeito de repressão, ou seja, a riqueza de recursos permite que os governos gastem mais em segurança interna e, assim, prejudica as aspirações democráticas da população. O terceiro é o efeito da modernização, o que significa que a riqueza de recursos não leva a mudanças sociais e culturais benéficas para a democratização, como o aumento dos níveis de educação e o aumento da especialização ocupacional, o que, por sua vez, leva à paralisação da democratização<sup>19</sup>.

Enquanto a maior parte da literatura sobre a maldição de recursos enfoca em como a riqueza ou dependência de recursos afecta o nível de democracia, alguns estudiosos observam que o aspecto em que os recursos naturais afectam a política doméstica é na verdade sobre a sobrevivência política. Com base na extensa revisão de Lee, nota-se que esses estudiosos se dedicam a investigar o efeito dos recursos naturais, particularmente o petróleo, sobre a sobrevivência política, embora suas definições e operações de sobrevivência política difiram umas das outras. Destes, se destacam as seguintes constatações: a riqueza do petróleo reduz a probabilidade de falha do regime em diferentes tipos de regime; os países ricos em recursos são menos propensos a experimentar transições democráticas; existe um efeito estabilizador do petróleo em países autoritários e isso é sobretudo verdade para os africanos produtores de petróleo<sup>20</sup>.

Thad Dunning (2008), reconhece a literatura que defende que um fluxo maciço de receitas de recursos naturais para o Estado gera efeitos políticos e económicos perversos, que devido ao enfraquecimento das instituições pode promover o autoritarismo. Entretanto, o autor em alusão desafia esta aceção convencional aplicada ao desenvolvimento de regimes políticos. Não

---

<sup>19</sup> ROSS, M.L.(2001). *Does Oil Hinder Democracy?* World Politics, Vol.53, No.3, pp.325-361

<sup>20</sup> LEE, Chia-Yi (2013). *The Globalization of Natural Resources: How External Actors Affect Political Survival in Resource Rich Countries. All Theses and Dissertations (ETDs)*. 1203. [h:ps://openscholarship.wustl.edu/etd/1203](https://openscholarship.wustl.edu/etd/1203).

contesta a afirmação de que a abundância de recursos naturais pode apoiar regimes autoritários. Na sua acepção, a riqueza mineral pode promover tanto o autoritarismo como a democracia, entretanto, fazem-no através de mecanismos diferentes. Esta acepção decorre do facto de em alguns contextos tais recursos terem contribuído para a promoção da democracia<sup>21</sup>.

Estudos de Wantchekon (1999) sugerem, de forma perentória, que a dependência dos recursos naturais e as economias rentistas tendem a gerar governos autoritários e instabilidade sociopolítica. Todos os “petrostates” africanos ou países dependentes de recursos têm governos autoritários ou experimentaram um processo muito lento de reformas políticas. São citados os casos de Argélia, Nigéria, Líbia, Gabão, Camarões e o antigo Zaire. Por outro lado, além da África do Sul, a transição para a democracia só foi bem-sucedida em países com poucos recursos, como o Benim, o Mali, o Senegal e Madagáscar. Para este autor, em África, o Botswana é a excepção e representa o caso de um país rico em recursos naturais que conseguiu desenvolver as suas instituições democráticas<sup>22</sup>.

Essa tendência encontra explicação no facto de, em sistemas políticos autoritários, a abundância de recursos permitir que os políticos em exercício mantenham o apoio e consolidem o seu controlo sobre o poder político. Ou seja, níveis mais elevados de receitas de recursos traduzem-se directamente em níveis mais elevados de apoio aos políticos em exercício. A riqueza de recursos aumenta a capacidade da elite para gerar apoio político através de gastos em redes de clientelismo<sup>23</sup>. Portanto, a falta de transparência e discricionariedade dos governos africanos na afectação de receitas apresenta-se como um elemento central desta relação.

Wantchekon e Jensen (1999) notam que antes da terceira onda de democratização na década de 1990, quase todos os países africanos eram autoritários. Assim, a correlação entre autoritarismo e abundância de recursos é essencialmente um fenómeno pós - “terceira onda”. A partir do período entre 1970 e 1995, os países com níveis mais elevados de dependência de recursos naturais tenderam a ser mais autoritários do que os seus homólogos menos dependentes de recursos. Após a onda inicial de democratização, os países com níveis mais

---

<sup>21</sup>DUNNING, Thad (2008). *CRUDE DEMOCRACY: NATURAL RESOURCES WEALTH AND POLITICAL REGIMES*. Cambridge: Cambridge University Press.

<sup>22</sup> WANTCHEKON, L. (1999). *Why Resource Dependent Countries Have Authoritarian Governments?* Yale University Leitner Center Working Paper 99- 12. New Haven, CT: Yale University. pp.2

<sup>23</sup> JENSEN, N., WANTCHEKON, L. (2004). *Resource Wealth and Political Regimes in Africa*. *Comparative Political Studies*, 37(7), 816-841. <https://doi.org/10.1177/0010414004266867>. pp.3

elevados de dependência de recursos naturais sofreram um retrocesso em direção de regimes autoritários ou regimes de partidos dominantes.

Uma outra vertente interessante da reflexão dos autores em alusão é a comparação entre os efeitos da dependência dos recursos naturais e da ajuda externa nos regimes políticos e apontam para duas conjecturas possíveis. Em primeiro lugar, os governos com grandes dotações de recursos naturais têm mais poder discricionário na utilização destas receitas, enquanto os doadores estrangeiros podem impor restrições económicas e políticas à ajuda. Em segundo lugar, os titulares de governos com grandes dotações de recursos naturais têm uma vantagem informativa sobre os adversários ao nível das receitas dos recursos naturais, enquanto os fluxos de ajuda externa são muito mais transparentes. Portanto, considerando estas duas conjecturas, a dependência dos recursos naturais deve ter um efeito negativo maior sobre os regimes políticos. Os recursos naturais estão mais associados a níveis mais baixos de democracia, enquanto a ajuda externa contribui ao surgimento de instituições democráticas<sup>24</sup>.

No caso moçambicano, o processo de democratização remonta da vaga de transição de regimes autoritários para regimes democráticos que atingiram muitos países africanos nos anos 1980, tendo-se materializado, pela primeira vez, com a adesão ao multipartidarismo e a realização das eleições fundadoras de 1994<sup>25</sup>. De lá para cá, é de praxe a realização de eleições gerais e legislativas (1999, 2004, 2009, 2014 e 2019) e têm sido desenvolvidas muitas reflexões, que apesar de reconhecerem o ímpeto inicial do processo, apontam para uma sucessiva queda dos atributos democráticos, e uma virada para o reforço do poder autoritário, sobretudo nos últimos anos. Tal como apontado por Azevedo-Harman (2015) “tudo está longe de estar bem e as perspectivas democráticas de Moçambique devem ser consideradas, na melhor das hipóteses, nebulosas”<sup>26</sup>. Tomando como exemplo as eleições de 2009, Do Rosário et. al (2020) assevera que a expressiva vitória da Frelimo nessas eleições parece ter contribuído para uma certa recomposição autoritária e marginalização dos partidos da oposição. O retorno aos conflitos armados e ao autoritarismo é um forte indicador da dificuldade de afirmação da democracia<sup>27</sup>.

Anne Pitcher, por sua vez, nota que a polarização tem sido uma característica comum da política moçambicana desde a independência, e tornou-se mais pernicioso, pelo menos desde

---

<sup>24</sup> Jensen e Wantchekon (2004) *Ibidem*, pp. 13-14)

<sup>25</sup> DO ROSÁRIO, Domingos et. al (2020). *Democracia Multipartidária em Moçambique*. Maputo: EISA. pp.17

<sup>26</sup> AZEVEDO-HARMAN, Elisabete (2015). *Patching Things up in Mozambique*. *Journal of Democracy* 26 (2): 139– 150. <http://doi.org/10.1353/jod.2015.0036>. pp.139

<sup>27</sup> Do Rosário et. al (2020) *op.cit.* pp. 21, nota 25.

2013. Na sua perspectiva, a polarização em Moçambique pode ser atribuída a guerra civil de 16 anos entre a Frelimo e a Renamo que produziu um impasse em 1992. O conflito terminou sem um vencedor claro e não foi seguido por qualquer tipo de Comissão de Verdade e Reconciliação, eliminando assim oportunidades de expor irregularidades, de resolver as clivagens que contribuíram para a polarização. Este facto deixa uma marca indelével no funcionamento do sistema político, incluindo o autoritarismo eleitoral que se tem verificado a cada eleição. Portanto, considerando a abundância de recursos naturais estratégicos, sobretudo do Gás Natural Liquefeito (GNL), a autora em alusão vaticina o agravamento da polarização, na medida em que o partido no poder não vai tolerar quaisquer desafios à sua hegemonia<sup>28</sup>.

A par do processo de democratização, a importância crescente dos recursos naturais estratégicos em Moçambique, em particular o GNL, tem despertado interesse académico e têm sido desenvolvidas várias reflexões. Parte significativa destas reflexões analisa o potencial do sector extractivo, sobretudo na área de hidrocarbonetos, para a transformação económica estrutural a partir de uma perspectiva institucional (Macuane e Muianga, 2020; Macuane e Muianga, 2023). Outra, olha para o impacto dos recursos naturais na arquitectura da ajuda externa, sugerindo que a dependência irá diminuir nos próximos anos (Vollmer, 2013). Outra ainda, com recurso a perspectiva de *political settlement*, explora a estruturação da distribuição de poder dentro e fora da elite dominante e, conseqüentemente, como os processos políticos subjacentes foram moldados pelas expectativas de ganhos inesperados em termos de recursos naturais (Macuane et. al 2017). Considerando todas reflexões anteriormente desenvolvidas, esta pesquisa propõe um novo ângulo de discussão, cujo cerne é a influência da abundância de recursos naturais estratégicos na governação democrática, no reforço do poder autoritário e na configuração da trajetória do sistema partidário dominante em Moçambique.

## CAPÍTULO III

### 1. Enquadramento Teórico e Conceptual

Este capítulo divide-se em duas secções, a primeira apresenta o quadro conceptual, que comporta conceitos que concentram um enorme potencial explicativo sobre o nexo recursos naturais estratégicos e autoritarismo. A segunda secção apresenta o referencial teórico

---

<sup>28</sup> PITCHER, M. Anne. (2020). *MOZAMBIQUE ELECTION 2019: PERNICIOUS POLARIZATION, DEMOCRATIC DECLINE, AND RISING AUTHORITARIANISM*. 119/476. African Affairs: Oxford University Press, pp.485

adoptado para a pesquisa. Com efeito, foram empregues os pressupostos teóricos do Estado Rentista (Rentier State Theory).

## 1.1. Quadro Conceptual

Os principais conceitos que norteiam a pesquisa são: sistema de partido dominante e autoritarismo.

### 1.1.1. Sistema de Partido Dominante

Na África Austral, tem havido um aumento constante no número de sistemas partidários dominantes – sistemas onde um partido domina durante um período prolongado, num contexto em que ostensivamente, são realizadas eleições regulares e múltiplos partidos que participam nas eleições. Os sistemas de partido dominante substituíram em grande parte o sistema de partido único que predominou no período pós-independência<sup>29</sup>. Esta dinâmica, em países como Zimbabwe (ZANU-PF), Angola (MPLA), Moçambique (FRELIMO) e Namíbia (SWAPO) tem significado uma tendência para o autoritarismo antidemocrático<sup>30</sup>. Na aceção de Mozzafar (2006)<sup>31</sup>, a estrutura de um sistema partidário refere-se ao grau em que está fragmentado em muitos partidos ou concentrado em torno de um pequeno número de partidos, ou em torno de um único partido dominante.

Em termos gerais, os sistemas partidários dominantes referem-se a regimes processualmente democráticos dominados por um partido durante períodos prolongados. Cinco critérios podem ser usados para identificar o domínio partidário: o sistema político; o nível de domínio; a natureza do domínio; os mecanismos de inclusão da oposição; e intervalo de tempo (De Jager, 2009)<sup>32</sup>. Para Greene<sup>33</sup>, o domínio partidário, neste sentido, significa a capacidade de determinar a escolha social através de políticas e legislação. O que distingue o sistema partidário dominante de outras democracias multipartidárias é a preponderância do poder investido num partido. Assim, uma vez que este sistema permite a concorrência de mais de um partido e que são realizadas eleições regulares, é democrático no sentido processual, mas é

---

<sup>29</sup> DE JAGER, Nicola, DU TOIT (2013). *Friend or Foe? Dominant Party Systems in Southern Africa: Insights from the developing world*. South Africa: UCT Press. pp.3

<sup>30</sup> REDDY, Thiven (2013). *The dominant party system and democracy: The Congress Party in India*. In Jager and Du Toit (2013) *Ibidem*. (pp.50)

<sup>31</sup> MOZAFFAR, Shaheen (2006). *Understanding party dominance in Africa*. In *Challenges to Democracy by One Party Dominance: A Comparative Assessment*. Konrad Adanauer Stiftung, Seminar Report N° 17. Johannesburg. pp.2

<sup>32</sup> De Jager e Du Toi (2006), op.cit. pp.7

<sup>33</sup> GREENE, Keneth F. (2007). *Why Dominant Parties Lose: Mexico's Democratization in Comparative Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, pp.24.

questionável se as liberdades civis e políticas são totalmente protegidas. A questão central é, portanto, a qualidade da democracia nestes sistemas partidários.

Em relação a dimensão temporal ou intervalo de tempo para que se considere um partido como dominante, existem visões divergentes sobre a duração da posição dominante. Conforme citados por De Jager e De Toi (2013), Ware (1996) estipula que o partido dominante deve vencer “normalmente”. Pempel (1990) defende que a dominância ocorre durante um “período substancial”. Greene (2007) emprega um limite de cinco eleições ou de vinte anos como critério de classificação. Por sua vez, Sartori (1976) argumenta que para um sistema ser chamado de dominante, o partido deve dominar pelo menos três eleições consecutivas. Jager e Toi (2013) assumem uma posição intermédia na escala: o domínio deve ocorrer durante um período prolongado de pelo menos quatro eleições nacionais consecutivas.

Numa outra vertente da discussão, Sartori (1976) identifica de forma semelhante dois tipos de sistemas partidários dominantes: o sistema de partido dominante e o sistema partido hegemónico. No primeiro caso, a competição política é limitada e um partido distancia-se dos seus oponentes, mas ainda assim existe uma possibilidade significativa de alternância no poder. O segundo caso refere-se a um sistema não competitivo, no qual não pode ocorrer alternância. Existem partidos periféricos, mas são estrangulados por mecanismos que os excluem permanentemente do poder. Caracteriza-se por eleições fraudulentas, repressão e censura. Os partidos hegemónicos “sustentam o seu monopólio de poder através de barreiras à entrada de novos concorrentes”<sup>34</sup>.

“O partido hegemónico não permite uma competição genuína pelo poder. É permitida a existência de outros partidos, mas como partidos registados de segunda classe; pois não lhes é permitido competir com o partido hegemónico em termos antagónicos e numa base de igualdade. A alternância não só não ocorre de fato, como não pode ocorrer, pois nem sequer se prevê a possibilidade de rotação no poder. A implicação é que o partido hegemónico permanecerá no poder, quer seja querido ou não. Embora o partido predominante permaneça submisso às condições que contribuem para um governo responsável, nenhuma sanção real compromete o partido hegemónico a reagir. Qualquer que seja a sua política, o seu domínio não pode ser desafiado”<sup>35</sup>.

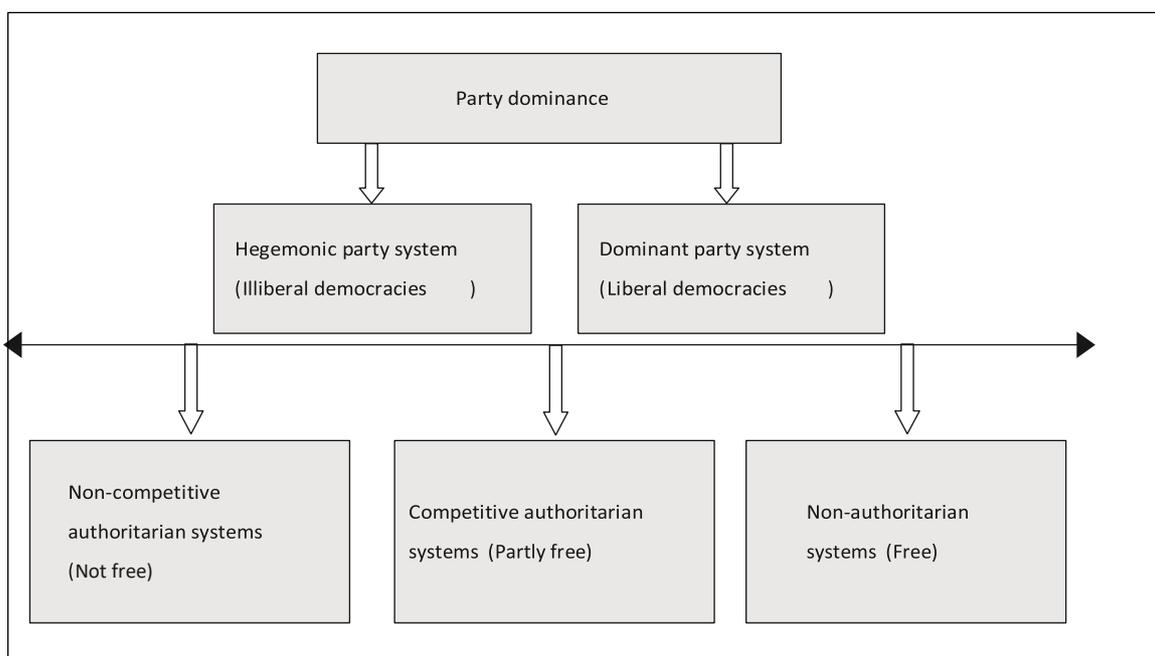
---

<sup>34</sup> Jager e Toi (2006) *Ibidem*, pp.11

<sup>35</sup> SARTORI, G. (1976). *Parties and Party Systems: A Framework for Analysis*. Cambridge: Polity Press. apud CHAIMITE, Egídio E. (2023). *Negotiating Authoritarianism in Manjacaze, Mozambique: Between Frelimo's Strategies and People's Tactics*. PhD Thesis. University of Sussex: Institute of Development Studies. pp. 48

Conforme se pode notar, os partidos hegemônicos operam em contextos autoritários ou “pseudodemocracias”, definidas como regimes que toleram a existência de partidos de oposição, que são legais, têm muitos outros elementos constitucionais da democracia eleitoral, mas não cumprem um dos seus requisitos essenciais: uma arena de contestação suficientemente justa para permitir que o partido no poder seja confrontado e até mesmo retirado. Essencialmente, os partidos hegemônicos são partidos autoritários, embora o próprio “autoritarismo” seja um termo que se refere a um regime político e não a um partido político<sup>36</sup>.

Figura 1: Tipologia de dominância partidária em sistemas políticos



Fonte: De Jager e Du Toi (2013, pp.13)

Esta configuração do sistema partidário tem implicações na qualidade da democracia, que pode ser descrita em duas dimensões fundamentais: a governação democrática e a dimensão das características estruturais da democracia. Por um lado, a dimensão da qualidade da governação democrática, que pode ser descrita em termos de três aspectos distintos, nomeadamente: em primeiro lugar, os aspectos de governação que se encontram nos procedimentos dos regimes democráticos; em segundo lugar, a governação também pode ser encontrada na substância da acção democrática; e em terceiro lugar, nos resultados que os regimes democráticos produzem. Por outro lado, a dimensão das características estruturais da democracia, implica liberdade,

<sup>36</sup> Chaimite (2023), *Ibidem*, pp. 48

igualdade, Estado de direito, *accountability* vertical, capacidade de resposta, participação, concorrência e *accountability* horizontal<sup>37</sup>.

### 1.1.2. Autoritarismo

A discussão aqui apresentada sobre o conceito de autoritarismo tem como base a proposta de Levitsky e Way (2002)<sup>38</sup>, no artigo intitulado “Eleições Sem Democracia: A Ascensão do Autoritarismo Competitivo”. De acordo com estes autores, o mundo pós-Guerra Fria foi marcado pela proliferação de regimes políticos híbridos, ou seja, de diferentes formas, os sistemas políticos em grande parte de África (Gana, Quênia, Moçambique, Zâmbia, Zimbabué) combinaram regras democráticas com governação autoritária durante a década de 1990. Com o passar do tempo, muitos destes regimes permaneceram híbridos ou avançaram numa direção autoritária.

Na discussão teórica dos autores em alusão, é proposto o conceito de autoritarismo competitivo, que reflecte um tipo particular de regime híbrido. Na sua perspectiva, em regimes autoritários competitivos, as instituições democráticas formais são amplamente vistas como o principal meio de obter e exercer autoridade política. Contudo, os titulares do poder violam essas regras com tanta frequência e a tal ponto que o regime não consegue cumprir os padrões mínimos convencionais para a democracia. O autoritarismo competitivo pode ser distinguido da democracia, por um lado, e do autoritarismo em grande escala, por outro. Nesta lógica, todos os regimes democráticos modernos cumprem quatro critérios mínimos:

- I. Os governos e as legislaturas são escolhidos através de eleições abertas, livres e justas;
- II. Praticamente todos os adultos possuem direito de voto;
- III. Os direitos políticos e as liberdades civis, incluindo a liberdade de imprensa, a liberdade de associação e de expressão, são amplamente protegidos; e
- IV. As autoridades eleitas possuem autoridade real para governar, na medida em que não estão sujeitas ao controlo de líderes militares ou clericais.

Nota-se que, embora também os regimes plenamente democráticos possam por vezes violar um ou mais destes critérios, tais violações não são suficientemente amplas ou sistemáticas para

---

<sup>37</sup>DIAMOND, Lary, MORLINO, Leonardo (2004). *The Quality of Democracy: Na Overview*. Journal of Democracy, 25 (4).

<sup>38</sup>LEVITSKY, Steven, WAY, Lucan A. (2002). *Elections Without Democracy: The Rise of Competitive Authoritarianism*. Journal of Democracy, 13 (2).

impedir seriamente os desafios democráticos aos governos em exercício. Por outras palavras, não alteram fundamentalmente o campo de jogo entre o governo e a oposição. Em regimes autoritários competitivos, pelo contrário, as violações destes critérios são suficientemente frequentes e suficientemente graves para criar um campo de jogo desigual entre o governo e a oposição. Embora as eleições sejam realizadas regularmente e sejam geralmente isentas de fraudes maciças, os governantes abusam rotineiramente dos recursos estatais, negam à oposição uma cobertura mediática adequada, assediam os candidatos da oposição e os seus apoiantes e, em alguns casos, manipulam os resultados eleitorais.

Em vez de violarem abertamente as regras democráticas (por exemplo, proibindo ou reprimindo a oposição e os meios de comunicação social), os titulares do poder são mais propensos a recorrer ao suborno, à cooptação e a formas mais subtis de perseguição, como o recurso às autoridades fiscais, judiciários complacentes e outras agências estatais para assediar, perseguir ou extorquir “legalmente” comportamento dos críticos. Devido à persistência de instituições democráticas significativas em regimes autoritários competitivos, existem arenas de contestação através das quais as forças da oposição podem periodicamente desafiar, enfraquecer e, ocasionalmente, até derrotar os titulares autocráticos. Quatro dessas arenas são de particular importância: a arena eleitoral; o legislativo; o judiciário; e a mídia.

Os autocratas emergentes e potenciais também enfrentaram importantes obstáculos internos à consolidação de regimes autoritários. Para consolidar um regime totalmente fechado, as elites autoritárias devem eliminar todas as principais fontes de contestação através da repressão sistemática ou da cooptação de potenciais opositores. Tal acção requer tanto a coesão da elite como um aparelho estatal minimamente eficaz – e financeiramente solvente. A escassez de recursos torna mais difícil para os líderes sustentarem as redes de clientelismo que anteriormente sustentavam as estruturas estatais autoritárias.

## **1.2. Referencial Teórico**

Para compreender as dinâmicas da governação democrática num contexto de abundância de recursos naturais, ou simplesmente o nexos recursos naturais estratégicos e reforço do autoritarismo, esta secção emprega os pressupostos teóricos do Estado Rentista (Rentier State Theory), que permitem perceber as implicações políticas da abundância de recursos naturais e o seu potencial de desnivelar o campo de competição político-partidária.

### 1.2.1. O Estado Rentista

À luz desta teoria, a riqueza dos recursos facilita a consolidação de um governo autoritário já estabelecido. A riqueza de recursos também gera uma deterioração dos regimes democráticos devido a uma combinação de vantagens de poder do partido incumbente, instabilidade política e repressão política. Quando as instituições estatais são fracas, de tal forma que os procedimentos orçamentais são opacos e discricionários, os recursos extraordinários tendem (1) a ajudar a consolidar um governo autoritário já estabelecido e (2) a gerar vantagem no poder em eleições democráticas, o que poderia incitar a oposição a recorrer à violência política na competição pelo poder político, gerando assim instabilidade política e governos autoritários<sup>39</sup>.

Um Estado rentista é caracterizado por uma elevada dependência de rendas externas produzidas por alguns actores económicos. As rendas são normalmente geradas a partir da exploração de recursos naturais e não da produção (trabalho), do investimento (juros) ou da gestão de riscos (lucro). A conclusão comum é que os Estados rentistas tendem a ser autónomos no sentido de que as rendas dos recursos naturais lhes permitem ser mais distanciados e menos responsáveis porque não precisam de cobrar impostos<sup>40</sup>.

Baseando-se no argumento teórico de Myerson (1993), Wantchekon (2002) assume que os eleitores se preocupam apenas com a redistribuição. Assim, o único papel significativo do governo rentista num país dependente de recursos é a distribuição de receitas. Uma característica importante da competição eleitoral num país deste tipo é que as questões ideológicas são dominadas pela distribuição de rendas. A ideologia só importa quando afecta as formas das políticas distributivas. Quando as capacidades do Estado são baixas e as capacidades do eleitorado para monitorar e controlar as actividades governamentais são fracas, a abundância de recursos naturais aumenta a competição pelo controlo do Estado. Isto leva à violência política e à utilização de receitas de recursos por aqueles que controlam o Estado para manter o seu controlo sobre o poder político. Em contraste, quando um país tem poucos recursos, há menos competição pelo controlo estatal, o que favorece a cooperação das elites e a manutenção da governação democrática.

---

<sup>39</sup> WANTCHEKON, L. (2002). *Why do Resource Abundant Countries Have Authoritarian Governments?* Journal of African Development, African Finance and Economic Association (AFEAA), vol. 5(2), pages 145-176.

<sup>40</sup> Wantchekon (2002) *Ibidem*.

A vantagem informacional e a politização das receitas podem revelar-se decisivas em eleições democráticas e são susceptíveis de aumentar as vantagens do partido no poder. Se a oposição não for capaz de recorrer a meios não constitucionais, como manifestações, para competir pelo poder político, a vantagem do partido no poder persiste ao longo de vários ciclos eleitorais e conduz ao domínio de um partido.

O domínio autoritário de um partido pode incitar a oposição a utilizar meios ilegais, como motins ou golpes de estado, para competir pelo poder político. O incumbente, antecipando esta reação da oposição, pode optar por proibir o partido da oposição ou forçar este partido a fundir-se com o partido no poder. Quando as instituições são fracas ou permitem um mecanismo “fechado” e discricionário de partilha de receitas, o partido no poder pode minar a competitividade do processo democrático ao prometer de forma credível mais rendas a mais eleitores do que a oposição. A assimetria de poder político que se segue leva ao domínio de um partido único e, eventualmente, a governos autoritários.

Portanto, a abundância de recursos leva ao autoritarismo por uma das seguintes razões:

- I. Permitir que um partido já dominante ou autoritário alargue o seu nível de apoio popular e consolide o seu controlo no poder político;
- II. Gerar vantagens de poder e instabilidade política, o que poderia incitar o governo a adoptar políticas repressivas contra a oposição;
- III. Gerar um conflito aberto ou uma guerra civil, ao incitar a oposição a usar meios não constitucionais, como golpes de estado, para competir pelo poder político<sup>41</sup>.

Estas assunções convergem com a perspectiva de Kenneth F. Greene (2007), que para compreender a continuidade do domínio partidário por períodos prolongados, apresenta uma perspectiva baseada em recursos de dominação de partido único e desenvolvimento de partidos de oposição que se concentra nas vantagens do incumbente. De acordo com Green, “a competitividade do partido desafiante é determinada principalmente por dois tipos de vantagens do partido dominante: as vantagens de recursos do titular e a sua capacidade de aumentar os custos da participação na oposição. Vantagens drásticas em termos de recursos permitem ao titular gastar mais em campanhas, mobilizar legiões de apoiantes e, o mais importante, complementar os apelos políticos com bens de clientelismo que influenciam os

---

<sup>41</sup> Wantchekon (2002) *Ibidem*.

eleitores a seu favor. Os partidos dominantes também impõem dois tipos de custos aos candidatos e apoiantes que decidem afiliar-se a um adversário. Por um lado, o custo de oportunidade de renunciar às vantagens materiais que teriam recebido ao aderir ao partido dominante, tais como benefícios financeiros ou acesso a uma rede de contactos comerciais ou mesmo clientelismo. Por outro lado, o custo associado à intimidação física, violência ou mesmo assassinatos de apoiantes da oposição que ocorrem ciclicamente em alguns (mas não em todos) sistemas partidários dominantes<sup>42</sup>.

Portanto, considerando a assimetria de recursos, os partidos na oposição estarão sempre em posição de desvantagem. Esta perspectiva reflecte igualmente a ideia de um “campo de jogo desigual” ou desnivelado, proposta por Levitsky e Way (2010), onde “a competição democrática é menos minada pela fraude ou repressão eleitoral do que pelo acesso desigual às instituições estatais, aos recursos e aos meios de comunicação social”. Embora Levitsky e Way (2010) se concentrem no que chamam de regimes autoritários competitivos, é reconhecível um campo de jogo desigual nos sistemas partidários dominantes, onde o problema do acesso desigual aos recursos inibe o desenvolvimento da oposição e da competição política, requisitos necessários de uma democracia liberal. A suposição de que o mercado eleitoral é justo e de que nenhum partido tem uma vantagem sistemática é simplesmente falsa num sistema partidário dominante (Greene, 2007).

Mais ainda, Levitsky e Way (2010) destacam três formas pelas quais o campo de jogo pode ser desigual: disparidades nos recursos; acesso desigual aos meios de comunicação social; e acesso desigual à lei. Nisto, decorrem duas grandes categorias de recursos, nomeadamente recursos económicos e políticos. Para manter e consolidar o seu domínio, os titulares tentarão criar monopólios de poder e controlo sobre estes recursos. Os recursos económicos incluem finanças públicas e privadas, recursos estatais e a capacidade de determinar políticas económicas. Os recursos políticos incluem a elaboração de leis, a regulamentação, o acesso aos meios de comunicação social, a liderança, o poder de nomeação, as ideologias e as redes sociais.

---

<sup>42</sup> Greene (2007), *op.cit.* pp. 5, nota 32.

## Capítulo IV

Este capítulo apresenta de forma detalhada as escolhas metodológicas que nortearam a pesquisa. Especificamente, dedica-se a descrição e explicação do tipo de pesquisa adoptado, do método de abordagem e das técnicas de pesquisa.

### 1. Metodologia

Tendo em conta os objectivos propostos para o estudo, este é desenvolvido recorrendo a pesquisa qualitativa. O núcleo da análise qualitativa reside em processos relacionados a descrever fenómenos, classificá-los e ver como os conceitos se interligam<sup>43</sup>. Não obstante ao facto de se tratar de uma pesquisa essencialmente qualitativa, e esta se preocupar em estabelecer qualidades a serem medidas, sem rigor na quantificação<sup>44</sup>, não se descurou da utilização de dados quantitativos, visto que não há uma relação dicotómica entre dados qualitativos e quantitativos, de tal forma que é possível fazer uma análise qualitativa de dados quantitativos ou utilizar dados obtidos por técnicas qualitativas para se proceder a uma análise quantitativa<sup>45</sup>.

A base lógica da abordagem da pesquisa apoia-se no método hipotético-dedutivo, pois o raciocínio adoptado parte da formulação de uma conjectura (hipótese) para o problema identificado, procurando submetê-la a testes empíricos de modo a verificar a sua validade explicativa (tentativas de falseamento)<sup>46</sup>. No que tange as técnicas de pesquisa, que estão relacionadas com a parte prática da pesquisa<sup>47</sup>, foi aplicada a pesquisa bibliográfica, documental e a entrevista. A pesquisa bibliográfica foi marcada pelo levantamento da bibliografia relevante sobre a governação dos recursos naturais, autoritarismo, democratização e sistemas partidários.

Por sua vez, para a pesquisa documental, a documentação usada na recolha dos dados compreende documentos directos e indirectos, sendo essencialmente escrita. Para esta pesquisa, fez-se uma análise minuciosa e interpretação dos dados e informações dos relatórios e outros documentos institucionais sobre o processo democrático moçambicano, tais como

---

<sup>43</sup> DEY, Ian (1993). *Qualitative Data Analysis: A User-Friendly Guide for Social Scientist*. Routledge: London.

<sup>44</sup> BOENTE, Alfredo. BRAGA, Gláucia. (2004). *METODOLOGIA CIENTIFICA CONTEMPORÁNEA PARA UNIVERSITÁRIOS E PESQUISADORES*. Rio de Janeiro: Brasport.

<sup>45</sup> MICHEL, Maria Helena. (2005). *Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas.

<sup>46</sup> MARCONI, Marina A., LAKATOS, Eva M. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5ªed. São Paulo: Atlas.

<sup>47</sup> MEDEIROS, João Bosco. (2006). *Redação Científica: A Prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas*. 8ª ed. São Paulo: Atlas.

relatórios de observação eleitoral e acórdãos do Conselho Constitucional. Foram também consultados dados do Índice de Democracia, produzido pelo *Economist Intelligence Unit*, que foram cruzados com os dados do Índice de Avaliação da Governação Africana Mo Ibrahim (IIAG) e do V-DEM (Varieties of Democracy), que permitem medir a evolução do desempenho de Moçambique tendo em conta as principais variáveis de uma governação democrática ao longo do período que compreende a pesquisa.

Em relação a entrevista, como instrumento de recolha de dados, tem a vantagem de dar a oportunidade de obtenção de dados relevantes e significativos que não se encontram em fontes documentais. Contudo, exige um cuidado acrescido, pois com esta técnica corre-se o risco de ter um pequeno grau de controle sobre a situação de colecta de dados<sup>48</sup>. Para a sua materialização, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, e foi privilegiado o contacto com os diferentes *stakeholders*, nomeadamente, académicos, representantes do governo e representantes de organizações da sociedade civil. Fundamentalmente, as entrevistas visavam recolha de percepções sobre a qualidade da democracia em Moçambique vis-à-vis o advento de recursos naturais estratégicos na perspectiva dos diferentes actores.

Com efeito, optou-se pelo *purposive sampling* ou simplesmente amostragem intencional não probabilística como técnica de amostragem, que consiste na escolha deliberada de participantes, que pela sua qualidade em termos de conhecimento e experiência, têm o potencial de contribuir de forma mais relevante para a pesquisa<sup>49</sup>. As informações colhidas nas entrevistas, nos casos em que foi permitida a gravação, foram posteriormente transcritas de modo a fazer uma análise mais sistematizada, e nos casos em que a gravação não foi permitida, pautou-se pela técnica de registo manuscrito. As entrevistas foram conduzidas em conformidade com os procedimentos éticos, e os entrevistados consentiram que os seus nomes sejam identificados e citados na pesquisa. Para a análise dos dados, foi usada a técnica de análise de conteúdo na sua vertente qualitativa. Conforme assevera Lindsay (2014, pp.360), a análise de conteúdo geralmente está associada ao estudo de inscrições contidas em relatórios publicados, jornais, anúncios, livros, páginas da internet, periódicos e outras formas de

---

<sup>48</sup> MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. (2018). *TÉCNICAS DE PESQUISA*. 8 ed. São Paulo: Atlas.

<sup>49</sup> ETIKAN, Ilker, MUSA, Sulaiman A., ALKASSIM, Rukayya S. (2016). *Comparison of Convenience Sampling and Purposive Sampling*. Vol. 5. No.1. American Journal of Theoretical and Applied Statistic.

documentação<sup>50</sup>. Para aferir a consistência das posições assumidas pelos entrevistados, fez-se o cruzamento dos dados das entrevistas com a informação documental.

## **CAPÍTULO V – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS**

### **1. Recursos Naturais Estratégicos em Moçambique: Da Dependência Externa Extrema Para a Dependência nas Futuras Receitas do Gás**

A estrutura política e económica sobre a qual assenta o processo de desenvolvimento de Moçambique sempre teve, na sua base, as instituições financeiras internacionais, para as quais o país teve de recorrer devido ao colapso da sua economia na década de 1980. Com efeito, foi precisamente o ano de 1984 que marcou o envolvimento inicial com as instituições financeiras internacionais e culminou com a implementação de profundas reformas económicas em 1987. Estas reformas visavam a criação de um ambiente político e legal para a transição do socialismo para uma economia de mercado. Contudo, à medida que as reformas eram implementadas, a economia moçambicana ficava cada vez mais dependente da ajuda externa, de tal forma que entre 1989 e 1993, a assistência internacional cresceu para US\$ 1 bilhão anualmente, tornando Moçambique o país mais dependente da ajuda do mundo<sup>51</sup>.

Actualmente, a esperança de uma transformação estrutural ancora na recente descoberta, em 2009, de uma das maiores reservas de gás natural do mundo, que coloca o sector da energia na vanguarda dos planos de crescimento e desenvolvimento de Moçambique<sup>52</sup>. Com estas descobertas, o país figura no xadrez global como o terceiro maior detentor de reservas de gás natural em Africa (depois da Nigéria e da Argélia) e o décimo segundo a nível mundial<sup>53</sup>. Ademais, estas descobertas assinalam o prenúncio do fim da dependência externa extrema e o início de uma economia dependente das futuras receitas de gás, conforme destacado nas secções anteriores<sup>54</sup>.

---

<sup>50</sup> PRIOR, Lindsay (2014). *Content Analysis*. In LEAVY, Patricia (Eds). *The Oxford Handbook of Qualitative Research*. Oxford University Press.

<sup>51</sup> Alden (2001) *op.cit.*, pp. 81. nota 12.

<sup>52</sup> PORTER, Alex et. al (2017). *Can Natural Gas Improve Mozambique's Development?* Institute for Security Studies, Frederick S Pardee Center for International Futures, pp. 3.

<sup>53</sup> FMI (2019). *Republic of Mozambique Selected Issues*, pp. 3.

<sup>54</sup> Vollmer (2013). *op.cit.*, pp. 138;

As primeiras pesquisas exploratórias de gás natural em Moçambique datam dos anos 1900, mas foi a partir de 1948 que se intensificaram as actividades, com o envolvimento de grandes companhias petrolíferas<sup>55</sup>. Em 1961, o campo de gás de Pande na província de Inhambane foi descoberto pela Gulf Oil Company, que posteriormente renunciou à sua concessão devido à falta de um mercado viável para o gás. Com o objectivo de promover o desenvolvimento de novas reservas de gás, em 1981, foi criada a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH), mas os trabalhos foram condicionados devido a guerra civil, falta de recursos financeiros e técnicos, bem como a persistente inexistência de um mercado viável<sup>56</sup>.

Entre 1994 – 2000, a companhia americana Enron obteve direitos exclusivos sobre os campos de gás de Pande e Temane, mas a sua presença durante seis anos não resultou em nenhum progresso e esta renunciou os seus direitos. Em setembro de 2000, o governo assinou um acordo com a Sasol para desenvolver os campos de gás, construir um gasoduto e exportar gás para a África do Sul em um período de 25 anos. As reservas de gás comprovadas em Pande e Temane são de cerca de 3.5 trilhões de pés cúbicos, e com viabilização deste acordo, o país tornou-se o maior exportador de gás natural na região da África Austral<sup>57</sup>. O marco da sua entrada em Moçambique foi a assinatura do Acordo de Produção de Petróleo (APP) em 2000, com o Governo de Moçambique, a ENH e a Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos (CMH), cujo objectivo era produzir recursos de gás a partir dos jazigos de Pande e Temane<sup>58</sup>.

O gás natural começou a ser produzido em 2004 no jazigo de Temane, e cinco anos depois, ou seja, em 2009, o jazigo de Pande foi acoplado a Central de Processamento (CPF). Conforme reporta o Instituto Nacional de Petróleo (INP), “a quantidade total de gás produzido de 2004 a 2018 é de 2.087 MGJ (milhões de Giga Joules), equivalente a cerca de 1,8 tcf ou 50.250 milhões de Nm<sup>3</sup> - gás de metros cúbicos normais, e o condensado produzido é de 7,1 MMbbl (Milhões de barris)”<sup>59</sup>. Actualmente, a Sasol detém o monopólio das actividades de produção de gás e condensado, nos jazigos de Pande e Temane. Só no ano de 2019, as quantidades de gás natural produzidas foram de 174 milhões de gigajoules (GJ), o que equivale a 10,8 mil

---

<sup>55</sup> IZA Consultoria (2020). *Relatório Independente da Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva: Ano de 2019*. Moçambique: Maputo, pp. 22.

<sup>56</sup> WORLD BANK (2018). *Mozambique – Southern Africa Regional Gas Project*. Independent Evaluation Group, Project Performance Assessment Report 132744. Washington, DC: World Bank.

<sup>57</sup> Plano Director do Gas, 2014, pp. 6.

<sup>58</sup><http://www.inp.gov.mz/pt/Pesquisa-Producao/Areas-de-Pesquisa-e-Producao-Actuais/Area-PPA-Pande-Temane>

<sup>59</sup><http://www.inp.gov.mz/pt/Pesquisa-Producao/Areas-de-Pesquisa-e-Producao-Actuais/Area-PPA-Pande-Temane>

milhões de metcais. Por sua vez, no condensado, as quantidades produzidas foram de 302,4 milhares de bbl's para o mesmo período<sup>60</sup>.

## 1.2. Do Sul para o Extremo Norte: a Revolução do Gás Natural

Embora as primeiras descobertas de gás e actividades comerciais tenham se concentrado no Sul, o futuro do sector de gás natural em Moçambique está no extremo Norte<sup>61</sup>. A Bacia do Rovuma localiza-se em Cabo Delgado, na fronteira entre Moçambique e Tanzânia. As primeiras pesquisas *onshore* (em terra) remontam dos anos 1980, com as investidas das companhias Esso Exploration Moçambique Limitada, em parceria com a Shell, mas sem muito sucesso<sup>62</sup>.

A revolução do gás começa em 2006, com a segunda ronda de Licenciamento de Áreas para a Pesquisa e Produção de Hidrocarbonetos, na qual foram adjudicadas quatro áreas na Bacia do Rovuma, sendo uma em terra e três no mar (offshore). Destas, a Área 1 offshore foi concessionada à companhia americana Anadarko e seus parceiros; a Área 4 offshore à Italiana ENI e respectivos parceiros; as Áreas 3&6 à Petronas Carigali e a Área *onshore* à Artunas, que cedeu posteriormente parte dos seus interesses à Anadarko, tornando-a operadora da área. Ainda na Bacia do Rovuma, foram concessionadas as Áreas 2&5 à Norsk Hydro (mais tarde StatoilHydro). Como resultado das pesquisas realizadas, em 2010 foi anunciada a primeira grande descoberta da Bacia do Rovuma, primeiro no furo Windjammer 2, depois outras descobertas consideráveis de gás natural nas Áreas 1 e 4. Estima-se que o total de reservas descobertas nas duas áreas, incluindo os reservatórios tranzonais, seja de cerca de 170 Tcf (trilhões de pés cúbicos) de gás natural *in situ*<sup>63</sup>.

Estas descobertas colocam Moçambique como o maior detentor de gás natural em África (depois da Nigéria e da Argélia) e o decimo segundo a nível mundial. Ademais, o desenvolvimento dos campos offshore do Rovuma (Área 1 e Área 4) é o maior projecto da África Subsaariana em termos de tamanho de investimento, podendo ultrapassar os US\$ 100

---

<sup>60</sup> IZA (2020) *op. cit.*, pp. 90.

<sup>61</sup> MELINA, Giovanni, XIONG, Yi (2013). *Natural Gas, Public Investment and Debt Sustainability in Mozambique*. IMF Working Paper, 13 (261). pp. 4.

<sup>62</sup> <http://www.inp.gov.mz/pt/Pesquisa-Producao/Descobertas-na-Bacia-do-Rovuma/Historia-das-Descobertas-na-Bacia-Sedimentar-do-Rovuma>

<sup>63</sup> <http://www.inp.gov.mz/pt/Pesquisa-Producao/Descobertas-na-Bacia-do-Rovuma/Historia-das-Descobertas-na-Bacia-Sedimentar-do-Rovuma>

bilhões. Prevê-se que quando a produção atingir o pico, Moçambique poderá tornar-se o terceiro maior exportador de GNL do mundo, a seguir ao Qatar e à Austrália<sup>64</sup>.

De acordo com INP, as grandes descobertas de gás na Bacia do Rovuma, resultaram na aprovação, até ao momento de 3 projectos, nomeadamente, o Projecto Coral Sul FLNG a ser implementado na Área 4 pela Eni, o Projecto Golfinho/Atum, a ser executado na Área 1 pela Total E&P Mozambique Área 1 Limited, e o Projecto Rovuma LNG, a ser executado também na área 4 pela Mozambique Rovuma LNG (MRV).

Tabela 1: Estágio actual dos projectos da Bacia do Rovuma

<b>Projecto</b>	<b>Empresa</b>	<b>Decisão Final de Investimento</b>	<b>Data de Anúncio</b>	<b>Início de Produção</b>
Projecto Coral Sul FLNG (Área 4)	Mozambique Rovuma Venture, S.p.A	USD 7 Bilhões	01 de Junho de 2017	Outubro de 2022
Projecto Golfinho/Atum (Área 1)	Total E&P Mozambique Área 1 Limited	USD 23 Bilhões	18 de Junho de 2019	Não definido
Projecto Rovuma LNG (Área 4)	Mozambique Rovuma LNG (MRV)	USD 30 Bilhões	Pendente	Não definido

Fonte: INP

As projecções do FMI, publicadas em 2016, previam que a produção e as exportações de LNG iriam começar em 2021 e o volume de produção seria gradualmente aumentado durante a década de 2020. O FMI antevia que com o aumento gradual na produção de LNG implicaria no aumento significativo das taxas de crescimento do PIB, podendo estas chegar a 24% entre 2021 e 2025. A participação dos projectos de LNG tem o potencial de atingir mais de 50% em meados da década de 2020, níveis para os quais se prevê uma redução gradual depois que a produção atingir o pico em 2028. Em termos de contribuição fiscal, as projecções indicavam que as receitas fiscais totais do projecto de LNG ao longo de todo período do projecto até 2045 podem chegar a cerca de US\$ 500 bilhões. As principais fontes de receitas fiscais são a participação do governo no gás de lucro, o IRPC e os dividendos pagos pela ENH, que possui

<sup>64</sup> FMI (2016). *Selected Issues for Mozambique*, pp. 3; FMI (2019). *Selected Issues for Mozambique*, pp.3.

uma participação de 15% na Área 1 e 10% na Área 4. Apesar de estas projeções serem, actualmente, pouco realistas, sobretudo assumindo vários factores contextuais que ditaram o atraso do início dos projectos, permitem visualizar e ter uma ideia das implicações fiscais e a certeza de um futuro menos dependente de ajuda externa, mas dependente das receitas do gás.

Importa referir que os grandes projectos de exploração de gás na Bacia do Rovuma foram negativamente impactados por dois factores: os ataques terroristas que afectam a província de Cabo Delgado desde 2017<sup>65</sup> e a eclosão da pandemia da Covid-19. Por um lado, a escalada de violência na província de Cabo Delgado desde 2017 colocou em causa os prazos inicialmente previstos para os projectos. Por outro lado, a eclosão da pandemia da Covid-19 afectou duramente todos sectores da economia, mas um dos sectores que maior impacto sofreu foi o da indústria de petróleo e gás. A propagação da pandemia forçou muitas empresas a interromper ou desacelerar as suas actividades, o que afectou a produção, tanto nas operações de *upstream* (exploração e produção) quanto *downstream* (transporte e comercialização), com destaque para a queda dos preços do petróleo no mercado internacional<sup>66</sup>.

## 2. A Institucionalização da Democracia em Moçambique

A transição democrática em Moçambique enquadra-se na terceira onda de democratização ou nas chamadas democracias da terceira vaga, que na perspectiva Samuel Huntington, ocorre sobretudo no espaço entre 1974 e 1990. Esta “onda” teve início em Portugal e Espanha e se estendeu, posteriormente, para a América Latina e mais tarde para o espaço da Europa do Leste e, só no fecho dos anos 1990, é que os ventos da mudança atingiram a região da África ao Sul do Sahara<sup>67</sup>. O rastreio de vários estudos sobre o processo moçambicano de democratização mostra algum consenso na identificação dos principais marcos que caracterizam o processo, nomeadamente:

- a adopção de uma constituição político-pluralista, em Novembro de 1990, que assinala a transição formal do mono para o multipartidarismo e a substituição da lógica da economia estatal-centralizada pela economia de mercado;

---

<sup>65</sup><https://www.voanews.com/extremism-watch/coronavirus-militant-attacks-impacting-gas-projects-mozambique>

<sup>66</sup><https://www.prnewswire.com/news-releases/oil-and-gas--one-of-the-hardest-hit-industries-by-covid-19--comprehensive-industry-analysis-and-forecast-2020-2023-301096093.html>

<sup>67</sup> SITO E, E. (2020). *Lições da Experiência Moçambicana de Democratização*. In DO ROSARIO et al. (orgs.). *Democracia Multipartidária em Moçambique*. EISA.

- a efectivação das negociações de paz que culminam com a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP), a 4 de Outubro de 1992, na cidade italiana de Roma, entre o Governo da Frelimo e a Renamo, que estabelece o fim da violência armada e a passagem irreversível à opção por uma solução política da questão do poder; e
- a implementação do AGP, que se consolida com a realização das primeiras eleições multipartidárias, em Outubro de 1994<sup>68</sup>.

A transição em Moçambique destaca um exemplo em que os factores externos foram cruciais para o início de uma transição democrática. O processo de paz e a subsequente implementação de estruturas democráticas no período que antecedeu as eleições multipartidárias de Outubro de 1994 foram moldados pela pressão da comunidade internacional. Mas o quadro institucional da democratização foi determinado principalmente pelos antigos beligerantes: Frelimo e Renamo. A conferência multipartidária para um projecto de lei eleitoral mostrou que outras forças políticas, os chamados partidos não armados, criados a partir de 1990, tiveram apenas algumas oportunidades para influenciar e moldar o processo de transição. A oposição assumiu que cada passo político dado pela Frelimo era para vantagem do próprio partido<sup>69</sup>.

O que sucede após as eleições fundadoras de 1994, é que o país tem realizado eleições regularmente. No entanto, contrariamente ao expectável, a cada eleição, o clima político não demonstra tendência para a consolidação do processo democrático. As instituições de gestão das eleições são recorrentemente referidas como contribuindo para a insatisfação e não transparência do processo. Assim, no lugar de uma democracia eleitoral que contribua para a instauração da paz, as eleições têm sido, na história da jovem democracia moçambicana, um momento de activação de clivagens entre os actores políticos<sup>70</sup>. Por estas e outras razões, algumas correntes são firmes na análise do processo moçambicano ao defender de forma perentória que “a experiência moçambicana de democratização nos ensina (...) é que depois de uma transição democrática bem-sucedida e celebrada com júbilo, dentro e fora das fronteiras nacionais, aconteceu um desvio no rumo da consolidação democrática, tendo, nesse processo, a democratização sido substituída por uma nova condição política” (Siteo, 2020)<sup>71</sup>.

---

<sup>68</sup> Siteo (2020) *Ibidem*.

<sup>69</sup> BTI-country\_report\_2006\_MOZ.pdf. Disponível em: [https://bti-project.org/fileadmin/api/content/en/downloads/reports/country\\_report\\_2006\\_MOZ.pdf](https://bti-project.org/fileadmin/api/content/en/downloads/reports/country_report_2006_MOZ.pdf)

<sup>70</sup> <https://www.misa.org.mz/index.php/publicacoes/relatorios/eleicoes-2019/96-relatorio-de-monitoria-da-cobertura-dos-media-das-eleicoes-gerais-de-2019-em-mocambique/file>

<sup>71</sup> Siteo (2020) *op.cit.*, nota 65.

Efectivamente, um dos acontecimentos que marcou o processo de transição, com implicações muito profundas que perdurariam até hoje, foi o Acordo Geral de Paz (AGP) assinado em Roma em 1992 entre a Renamo e o Governo da Frelimo. As negociações de paz e o próprio acordo lançaram as bases para a bipolarização política que se seguiu, porque determinaram que a génese do sistema partidário moçambicano estaria associada ao papel da guerra na estruturação do campo político<sup>72</sup>. Ou seja, o sistema multipartidário emergente no país foi moldado desde o início pela antiga estrutura de conflito, bem como pelo antagonismo que existia entre a Frelimo e a Renamo. Entretanto, apesar do carácter bipolar do sistema partidário, a Frelimo sempre conseguiu dominar o cenário político<sup>73</sup>.

## **2.1. A Formação do Sistema Partidário: da Bipolarização Política à ascensão do Partido Dominante em Moçambique**

Em 1994, Moçambique realizou as suas primeiras eleições pluralistas, que consolidaram a formação de um sistema político bipartidário, com a Renamo e a Frelimo como os principais actores políticos<sup>74</sup>. Apesar de ter permitido a pacificação do país por um período relativamente longo, sob ponto de vista de institucionalização do regime democrático, o AGP não foi um bom acordo. Em rigor, teve a faculdade de permitir uma relativa abertura do espaço político, sobretudo, uma acomodação precária entre os dois ex-beligerantes, sem que tivesse criado condições favoráveis à sua reconversão democrática<sup>75</sup>. Nas palavras de Luís De Brito (2019, pp.46):

“Por um lado, a Frelimo, cujo Governo foi oficialmente reconhecido pela Renamo nos termos do acordo alcançado em Roma, saiu vencedora das primeiras eleições presidenciais e legislativas (1994) e de todas as eleições subsequentes, sempre com uma maioria absoluta na Assembleia da República, mantendo assim a sua natureza histórica de partido-Estado e, por outro, a Renamo, tendo-se encontrado desde as primeiras eleições remetida ao estatuto de oposição e sem poder aceder ao controlo de recursos estatais (excepto o financiamento público correspondente à sua bancada parlamentar), optou por manter uma força armada de reserva (e com ela a organização

---

<sup>72</sup> Chaimite (2023), *op.cit.*, pp.28

<sup>73</sup> BTI-country\_report\_2006\_MOZ.pdf. Disponível em: [https://bti-project.org/fileadmin/api/content/en/downloads/reports/country\\_report\\_2006\\_MOZ.pdf](https://bti-project.org/fileadmin/api/content/en/downloads/reports/country_report_2006_MOZ.pdf)

<sup>74</sup> CHICHAVA, Sérgio (2009). *Mozambican Democracy: Research Notes*. Comunicação apresentada no Workshop “Transition to What? African Liberation and Pro-Democracy Movements” (Anti Democratic Heritage” realizado em Bergen, Noruega.

<sup>75</sup> BRITO, Luís (2019). *Multipartidarismo, Geografia do Voto e Descentralização em Moçambique*. Desafios para Moçambique 2019. Maputo: IESE., pp. 46

de uma força militar de guerrilha, à qual se subordinava o seu aparelho partidário civil nascente) por forma a assegurar algum poder negocial na sua relação com a Frelimo”.

O AGP foi um elemento relevante para a bipolarização, na medida em que, por um lado, a Frelimo e a Renamo tiveram a prerrogativa e a margem de manobra para escolher as condições que lhes eram mais favoráveis. Exemplo disso é a proposta de definição de uma cláusula barreira entre 5% e 20% e de um fundo para financiar as actividades dos partidos políticos que beneficiou claramente estes dois partidos, particularmente a Renamo. Por outro lado, contribuiu para que o eleitorado continuasse polarizado em torno da clivagem de Guerra<sup>76</sup>. Portanto, foi o AGP que estabeleceu as linhas gerais do sistema eleitoral, tendo sido definido o sistema de representação proporcional, a barreira eleitoral e o método para o cálculo de atribuição dos mandatos (o método de d’Hondt) permitiu que, em 1994, a votação da Frelimo se traduzisse numa maioria absoluta no parlamento, situação que não se viria a alterar em todas as eleições posteriores<sup>77</sup>.

As eleições de 1994 foram bem-sucedidas em termos de participação dos eleitores, com abstenções ligeiramente acima da marca dos 12%. Nas eleições presidenciais, o candidato da Frelimo, Joaquim Chissano, foi eleito na primeira com 53,3% dos votos válidos; o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, obteve 33,7%. Nas eleições legislativas a Frelimo obteve 44,3 por cento e uma maioria absoluta no parlamento com 129 assentos; seguida pela Renamo com 37,8 por cento, correspondendo a 112 assentos; e a União Democrática com 5,1% e 9 assentos. Estas eleições revelaram uma profunda polarização na arena política moçambicana, onde as duas principais forças políticas se encontravam numa situação de relativo equilíbrio: a Frelimo detinha 49,6% dos assentos e a Renamo 44,8%, mantendo a União Democrática os restantes 5,6%<sup>78</sup>.

Em 1999, foram realizadas as segundas eleições gerais e Joaquim Chissano foi reeleito presidente, mas com uma maioria menor do que nas eleições de 1994, tendo obtido 52,3% e a Renamo 47,7%. A nível do parlamento, a Frelimo obteve 133 assentos, contra 117 assentos da Renamo-UE. Doze partidos participaram nas eleições gerais e legislativas de 1999, mas havia apenas dois candidatos presidenciais, uma vez que nenhum dos partidos mais pequenos conseguiu ultrapassar a barreira de 5% exigida por lei para eleger deputados. Por conseguinte,

---

<sup>76</sup> SANCHES, Edalina R. (2014). “Novo contexto, mas velha política”: a evolução do sistema partidário moçambicano entre 1994 e 2014. “Espaço Lusófono”1974/2014 – Trajetórias Económicas e Políticas – Textos, Fundação Calouste Gulbenkian. pp. 64-65

<sup>77</sup> Brito (2019) *op.cit.*, pp. 47

<sup>78</sup> BRITO, Luís (2003). *THE ELECTORAL SYSTEM AND CONFLICT IN MOZAMBIQUE*. Journal of African Elections, 2 (2)..pp.70

apenas a Frelimo e a Renamo-União Eleitoral estiveram representadas no parlamento de 1999-2004<sup>79</sup>.

Em 2004, foram realizadas as terceiras eleições gerais. Conforme destaca Sanches (2014, pp.52-53), estas eleições tiveram algumas diferenças relativamente às anteriores. Em primeiro lugar, enquanto os resultados das eleições de 1994 e de 1999 revelaram um relativo equilíbrio entre a Frelimo e a Renamo, as eleições de 2004 expuseram uma diferença significativa entre elas: a Frelimo ganhou a maioria qualificada de votos e de mandatos (62% dos votos e 64 % dos mandatos da Frelimo contra 29% dos votos e 36% dos mandatos da Renamo) e o seu candidato presidencial, Armando Guebuza, impôs uma derrota contundente a Afonso Dhlakama, que perdeu sua terceira corrida presidencial com a maior diferença votos de sempre (32% contra 64%).

Outra diferença destacada em segunda instância, é que os resultados das eleições de 2004 foram marcados por uma reviravolta importante na liderança da Frelimo. A quase derrota eleitoral em 1999 e a saída inevitável de Joaquim Chissano da liderança do partido levou a que o partido procurasse um candidato que conseguisse revitalizar as bases do partido novamente. Na linha de sucessão estava Armando Guebuza, Secretário-Geral desde 2002. Em terceiro lugar, em termos de geografia eleitoral o domínio da Frelimo era agora mais difuso. Conseguiu a maioria em 9 das 11 províncias do país: como em 1999 obteve a maioria dos votos e dos mandatos nas províncias do centro, mas foi capaz de superar a Renamo nos seus círculos eleitorais tradicionais, nomeadamente em Nampula e Niassa no norte; e em Manica e Tete no centro. Em verdade, inicialmente, Moçambique tinha um sistema bipartidário vibrante sustentado pela competição política e eleitoral. Entretanto, chegou a um fim abrupto depois do Presidente Armando Guebuza ter assumido a liderança do partido Frelimo e ter sido eleito Presidente da República nas eleições de 2004<sup>80</sup>.

Tabela 2: Resultados das Eleições Legislativas (1994 – 2019)

Partidos Políticos	Resultados das Eleições Legislativas (%)					
	1994	1999	2004	2009	2014	2019
<b>Frelimo</b>	<b>44,3</b>	<b>49,0</b>	<b>62,2</b>	<b>74,7</b>	<b>55,68</b>	<b>71.28</b>

<sup>79</sup> NUVUNGA, Adriano (2005). *Multiparty Democracy in Mozambique: Strengths, Weaknesses and Challenges*. EISA Report No 14., pp.5

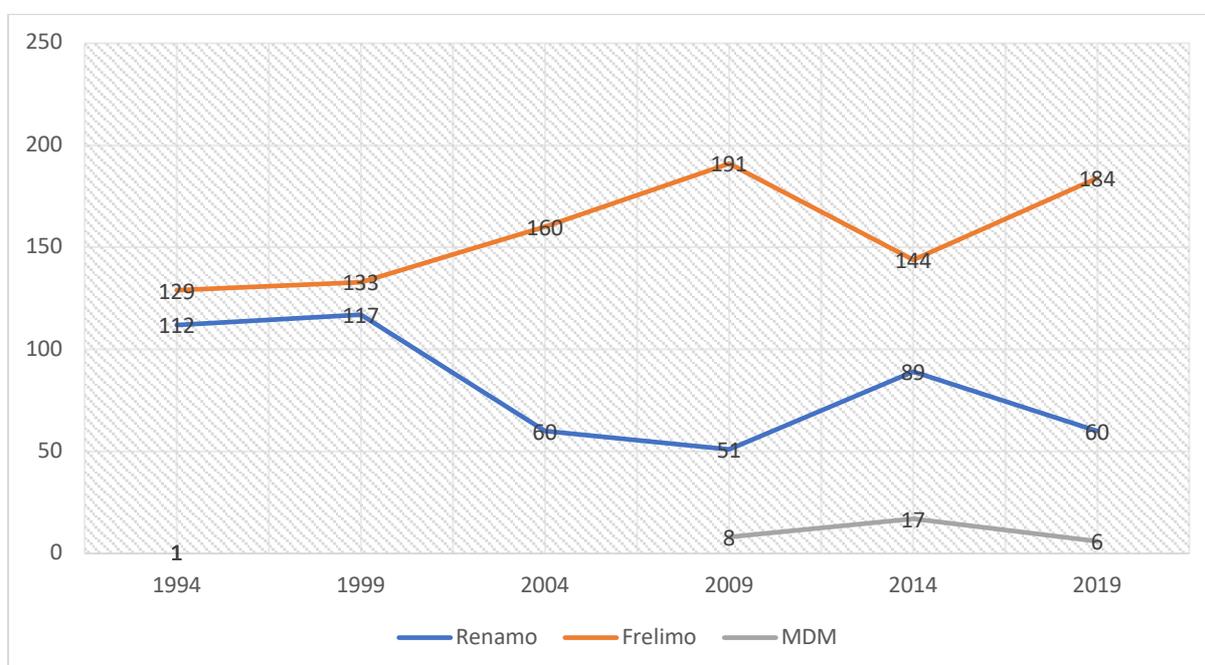
<sup>80</sup> NUVUNGA, Adriano (2014). *FROM THE TWO-PARTY TO THE DOMINANT-PARTY SYSTEM IN MOZAMBIQUE, 1994 – 2012: Framing Frelimo Party Dominance in Context*. PhD Thesis, Erasmus University Rotterdam., pp. 23

<b>Renamo</b>	<b>37,8</b>	<b>39,0</b>	<b>28,8</b>	<b>17,7</b>	<b>32,95</b>	<b>22,28</b>
<b>MDM</b>	-	-	-	<b>3,9</b>	<b>8,40</b>	<b>4,19</b>

Fonte: Compilado com base nos dados da Comissão Nacional de Eleições (CNE)

As eleições de 2009 foram as quartas eleições presidenciais e legislativas e as primeiras eleições para a assembleia provincial realizadas no país. Com a entrada de um novo actor político, o Movimento Democrático de Moçambique (MDM), estas eleições eram vistas como um teste ao domínio político de longa data da Frelimo e da Renamo e questionava-se até que ponto poderia haver espaço político adequado para outros partidos operarem. As eleições de 2009 resultaram em uma vitória expressiva para Armando Guebuza, que obteve 75% dos votos. Os votos de Afonso Dhlakama diminuíram ainda mais em relação a 2004, para apenas 16%, enquanto o candidato do MDM, Daviz Simango, obteve 9% dos votos. Conforme apresentado na tabela 1, a Frelimo garantiu dois terços do parlamento com 191 assentos — o suficiente para mudar a constituição sem o apoio da oposição — com a Renamo tendo 51 assentos (abaixo dos 91 em 2004) e o MDM ganhando 8 assentos parlamentares<sup>81</sup>.

Gráfico 1: Configuração do sistema partidário e distribuição dos assentos parlamentares (1994 – 2019)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da CNE

<sup>81</sup> THE CARTER CENTER (2014). *Election Report: Presidential, Legislative, and Provincial Assembly Elections in Mozambique.*, pp.19

A empreitada eleitoral de 2009, com a Frelimo sob liderança de Armando Guebuza, marca o apogeu da apologia aberta à ultra-hegemonia, um objectivo sempre presente no seio da Frelimo, mas que ficara adormecido por algum tempo e está de novo na ordem do dia: o objectivo é eliminar toda a oposição política<sup>82</sup>. Dois anos antes destas eleições, Mariano Matsinhe, Veterano da Luta de Libertação Nacional defendeu que a oposição no país não deve desaparecer, mas sim o partido Frelimo, no poder, deve continuar a envidar esforços de tudo fazer com vista a reduzi-la cada vez mais à sua insignificância. Nas suas palavras:

Vamos fazer de tudo que for necessário de modo que a Frelimo não saia do poder e que continue a servir melhor. Podem ser criados milhares de partidos e eles todos concorrerem em todas eleições, a Frelimo sempre continuará a mandar neste país. Aliás, queremos que daqui a algum tempo nem sequer no parlamento entrem, ou seja, no futuro todos assentos devem ser ocupados pelos nossos deputados. Não sou a favor da extinção da oposição, mas ela deve continuar insignificante. (Mariano Matsinhe em entrevista ao Notícias, 2007)<sup>83</sup>.

Tabela 3: Resultados das Eleições Presidenciais (1994 – 2019)

Partidos Políticos e Candidatos		Resultados das Eleições Presidenciais (%)					
		1994	1999	2004	2009	2014	2019
Frelimo	Joaquim Chissano	53,30	52,3	-	-	-	-
	Armando Guebuza	-	-	63,74	75,2	-	-
	Filipe Nyusi	-	-	-	-	57,03	73,46
Renamo	Afonso Dlhakama	33,73	47,7	31,74	16,3	36,61	-
	Ossufo Momade	-	-	-	-	-	22,28
MDM	Daviz Simango	-	-	-	8,6	6,36	4,33

Fonte: Compilado com base nos dados da CNE

<sup>82</sup> CHICHAVA, Sérgio (2010). *Movimento Democrático de Moçambique: uma nova força política na democracia moçambicana?* Cadernos IESE N° 2. Maputo: IESE., pp.5

<sup>83</sup> [https://macua.blogs.com/moambique\\_para\\_todos/2007/04/oposio\\_deve\\_ser.html](https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2007/04/oposio_deve_ser.html)

Em Outubro de 2014, foram realizadas as quintas eleições gerais e legislativas, e a Frelimo, saiu mais uma vez vitoriosa na manutenção da sua posição no poder desde a independência. O candidato Filipe Nyusi, obteve 57,03%, seguido de Afonso Dhlakama, com 36,68% e Daviz Simango ficou em terceiro lugar com 6,36%. Os resultados parlamentares indicaram 57% para a FRELIMO no poder, seguida pela RENAMO com 34% e pelo MDM com 19%. Isso significa que a nível do parlamento, os resultados ofereceram à FRELIMO a possibilidade de manter a sua maioria parlamentar com 144 deputados, seguida pela RENAMO com 89 e finalmente pelo MDM com 17 de um total de 250 assentos.

Num contexto marcado por desafios de segurança devido a instabilidade que se estendia desde a realização das quintas eleições gerais, a 15 de Outubro de 2019, foram realizadas as sextas eleições gerais e legislativas. Os principais candidatos às eleições presidenciais foram Filipe Nyusi da Frelimo, Ossufo Momade da Renamo e Daviz Simango do MDM. Estas eleições foram as primeiras eleições realizadas sem o líder histórico da Renamo, Afonso Dhlakama, falecido em Maio de 2018. Mais uma vez, a Frelimo foi vitoriosa, conquistando a presidência com 73,46 por cento dos votos válidos. A Frelimo conquistou, igualmente, mais de 75% dos assentos no parlamento, elegendo 184 deputados. O candidato da Renamo Ossufo Momade, obteve 21,48% e Daviz Simango, do MDM, 4,33%. A Renamo obteve 60 assentos no parlamento e o MDM, apenas 6 assentos parlamentares.

A análise longitudinal das eleições moçambicanas e das dinâmicas de configuração do sistema partidário mostra um crescente domínio do partido Frelimo, que reúne, desde 2009, todos requisitos de um partido dominante. Entretanto, este domínio não tem sido sustentado por pressupostos de maturação do sistema democrático, havendo uma tendência oposta. As eleições têm sido caracterizadas por elevados níveis de desconfiança entre a oposição e o partido no poder, e essa desconfiança se estende a instituições como a polícia e o poder judicial; violência eleitoral e intolerância política; acusações de fraude em benefício da Frelimo; abuso de recursos do Estado para fins partidários e falta de transparência na actuação dos órgãos de administração eleitoral (CNE e STAE).

Conforme mencionado nesta secção, o bipartidarismo que caracterizou os primeiros anos da democracia moçambicana, cedo deu lugar ao sistema de partido de dominante, com tendências autoritárias, sobretudo a partir de 2009. Note-se que este ano foi marcado pela descoberta de enormes quantidades de recursos naturais estratégicos (LNG), um fenómeno que trouxe implicações económicas e políticas - a necessidade de preservação dos interesses individuais e

colectivos, bem como do acesso aos recursos e às alavancas do poder. As eleições de 2009, 2014 e sobretudo de 2019 permitiram ao partido no poder consolidar o seu domínio e hegemonia, com respaldo para o processo democrático. Deste modo, considerando as margens das vitórias e a forma pela qual têm sido alcançadas, evidencia-se um eminente fortalecimento do autoritarismo, na medida em que, “com retornos lucrativos da produção de GNL no horizonte, é improvável que o partido governante tolere quaisquer desafios à sua hegemonia”<sup>84</sup>. O controlo do Estado exercido pela Frelimo é fundamental para a garantia da realização da acumulação primitiva de capital por parte da elite política ligada ao partido Frelimo que só é possível por via da manutenção do poder. Nesta qualidade, a Frelimo controla não apenas o Estado, mas também os principais sectores da economia e a máquina administrativa que gere o processo eleitoral, por conseguinte os seus candidatos às eleições presidenciais partem em condições extremamente vantajosas em relação aos demais<sup>85</sup>.

O fortalecimento do autoritarismo é um risco ainda maior num contexto em que as instituições são fracas e os procedimentos orçamentais de gestão dos recursos naturais são opacos e discricionários. Esta vantagem recai para o partido Frelimo, que tendo acesso privilegiado aos recursos, amplia a sua capacidade de distribuição de benefícios aos seus correligionários através de redes clientelistas e até de cooptar os partidos na oposição. Uma das implicações do fechamento do espaço político para os partidos políticos da oposição é a instabilidade política, porque não vendo alternativas para competir pelo poder, estes podem recorrer a violência e a outros meios não constitucionais<sup>86</sup>.

Após a sua derrota retumbante nas eleições de 2009, que consolidaram a posição da Frelimo como partido dominante, Afonso Dhlakama instalou-se em Nampula e os anos seguintes foram marcados pela instabilidade político-militar que remetia ao retorno da guerra civil. Em 2010, Dhlakama exigiu reformas na lei eleitoral e na composição dos membros da CNE. Adicionalmente, protestou contra o que chamou de políticas de exclusão da Frelimo e ameaçou “dividir o país” se as suas exigências não fossem satisfeitas. No final de 2012, o principal líder da oposição regressou as matas em Satunjira, e no ano seguinte, boicotou a participação da

---

<sup>84</sup> Pitcher (2020), *op.cit.*, pp.485

<sup>85</sup> CORTÈS. Edson R.O. (2018). *Velhos Amigos, Novos Adversários: As Disputas, Alianças e Reconfigurações Empresariais na Elite Política Moçambicana*. Tese apresentada para a obtenção do grau de Doutor em Antropologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa. Lisboa., pp.92

<sup>86</sup> Jensey e Wantchekon (2004), *op.cit.*

Renamo nas eleições autárquicas e dirigia ataques contra as Forças de Defesa e Segurança (FDS) e contra viajantes na principal via que liga o país norte-sul<sup>87</sup>.

Para além dos ataques armados e do boicote a participação da Renamo nas eleições municipais de 2013, Dhlakama tentou boicotar igualmente a tomada de posse de seus deputados na AR, de modo a privar o parlamento da sua legitimidade. Este conflito só terminou com a assinatura do Acordo de Cessação de Hostilidades, entre o Presidente Armando Guebuza e o Líder da Renamo Afonso Dhlakama, a 05 de Setembro de 2014, pouco menos de um mês para a realização das eleições gerais de 2014. Na verdade, a Renamo encontrava nas armas o único mecanismo capaz de aliviar o sufoco parlamentar criado pelo domínio da Frelimo e enfrentar, materialmente, o seu poder autoritário.

O Acordo de Cessação de Hostilidades assinalou uma paz débil e pouco duradoura, porque após a realização das eleições, a Renamo contestou os resultados e reacendeu a tensão político-militar. Em Outubro de 2015, após sobreviver a duas emboscadas das forças governamentais e ameaçar tomar o poder no centro do país, Afonso Dhlakama voltou as matas, de onde anunciou, em 2016, uma trégua militar unilateral. Antes de perder a vida, a 3 de Maio de 2018, Dhlakama estava a negociar a partir da sua base, na Serra da Gorongosa, directamente com o Presidente Filipe Nyusi uma nova reforma constitucional, em particular a reforma da “descentralização”, que deveria permitir à Renamo ganhar pelo menos algumas províncias, onde era histórica e politicamente forte, durante as eleições provinciais de 2019<sup>88</sup>.

Para pôr fim ao novo ciclo de instabilidade política e militar que se viveu entre 2014 – 2016, com a recusa da Renamo em reconhecer os resultados das eleições gerais, foi assinado, a 6 de Agosto de 2019, o Acordo Definitivo de Paz e Reconciliação Nacional, entre Filipe Nyusi e Ossufo Momade, novo líder da Renamo<sup>89</sup>. Conforme ficou evidente nesta secção, as eleições de 2019 reforçaram ainda mais a hegemonia do partido incumbente, não obstante a contestação da oposição e as diversas irregularidades verificadas.

Nas vésperas das eleições gerais de 2019, as petrolíferas que estão a explorar o gás natural das Áreas 1 e 4 da Bacia do Rovuma “apadrinharam” a campanha para a reeleição de Filipe Nyusi como Presidente da República. Faltando apenas algumas semanas para o dia da votação, a Total

---

<sup>87</sup> The Carter Center (2014), *op.cit.*, pp.19)

<sup>88</sup> DO ROSÁRIO, Domingos, GUAMBE, Egidio (2021). *Democracia Moçambicana pós-Afonso Dhlakama e Daviz Simango: Iminente fim da oposição em Moçambique?* Policy Brief N° 14. Maputo: EISA., pp.7

<sup>89</sup> <https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-assinado-o-acordo-de-paz-definitiva-e-reconcilia%C3%A7%C3%A3o-nacional/a-49919241>

injetou 880 milhões de dólares de mais valias, resultantes da venda dos activos da ANADARKO. Na mesma senda, a ExxonMobil e a ENI anunciaram investimentos antecipados na ordem de 520 milhões de dólares em actividades preparatórias e assinatura de contrato de empreitada das infraestruturas de gás natural liquefeito. Adicionalmente, a petrolífera ENI disponibilizou-se a financiar, em montante não revelado, projectos de desenvolvimento sustentável e conservação florestal inseridos no Programa REDD++, implementado pelo Ministério da Terra e Desenvolvimento Rural (MITADER). Este Ministério era dirigido por Celso Correia, que para além de Ministro, desempenhava a função de director da campanha do partido Frelimo para as eleições presidenciais, legislativas e provinciais de 15 de Outubro. Portanto, tinha a missão de garantir grande parte da logística para a manutenção de Filipe Nyusi e da Frelimo no poder<sup>90</sup>. Estas ações, em períodos de eleições, mostram como, num contexto de falta de transparência e problemas institucionais, em conluio com as multinacionais, o partido incumbente pode tirar proveito das receitas dos recursos naturais para desnivelar o campo político em detrimento dos partidos da oposição, que operam numa situação de precaridade.

### **3. Recursos Naturais e Restauração Autoritária em Moçambique**

A ajuda externa em Moçambique desempenhou um papel importante na transição da guerra para a paz e do regime de partido único para a democracia multipartidária. Com os altos níveis de dependência externa do país, houve uma ligação inextricável entre o apoio dos doadores ao processo de paz e os padrões de condicionalidade da ajuda enfatizavam a institucionalização das normas democráticas, transparência e boa governação. Entretanto, mesmo com a pressão dos doadores, não se observou uma correlação entre os pressupostos democráticos e os altos fluxos de ajuda externa, e as eleições são tidas como um dos aspectos mais críticos. Por exemplo, as eleições de 2009 foram, na altura, classificadas pelos doadores como as menos democráticas que o país alguma vez teve. Por conseguinte, vários doadores ameaçaram reter o apoio orçamental ao Estado, a menos que o governo abordasse problemas de transparência e governação, incluindo administração eleitoral<sup>91</sup>.

---

<sup>90</sup> <https://verdade.co.mz/exxonmobil-e-eni-apadrinham-reeleicao-de-nyusi-e-do-partido-frelimo/>

<sup>91</sup> MANNING, Carrie, MALBROUGH, Monica (2012). *The Changing Dynamics of Foreign Aid and Democracy in Mozambique*. Working Paper N° 2012/18, UNU-WIDER., pp.22

A ajuda externa permitia que os doadores desempenhassem um papel importante no processo de formulação de políticas públicas do país e contribuíssem para o processo de reformas nos sistemas administrativo e financeiro do Estado, melhorando significativamente o desempenho da administração pública, como também para a expansão da despesa pública, financiando mais de metade da mesma. Mais ainda, possibilitou que a população tivesse acesso a um conjunto de serviços básicos que são da responsabilidade do Estado, que de outra forma não seria possível ao governo moçambicano providenciar aos seus cidadãos. Com esta alternativa, as elites políticas que controlam o Estado conseguiram aliviar potenciais focos de protesto social, e criar alianças estratégicas com o capital internacional<sup>92</sup>.

Portanto, a contribuição substancial dos doadores permitiu, por um lado, estabilizar o regime, por outro lado, com estes recursos, os doadores exerciam pressão sobre as práticas antidemocráticas da Frelimo. Contudo, a descoberta de recursos naturais estratégicos criou na elite política a expectativa de uma governação menos condicionada pelos doadores. Com estas descobertas, o país figura no xadrez global como o terceiro maior detentor de reservas de gás natural em Africa (depois da Nigéria e da Argélia) e o décimo segundo a nível mundial<sup>93</sup>. Portanto, como ficou evidente nas secções anteriores, as descobertas de recursos naturais estratégicos assinalam o prenúncio do fim da dependência externa extrema e o início de uma economia dependente das futuras receitas de gás.

Este cenário tem implicações directas na relação entre Moçambique e os seus doadores tradicionais, porque com os grandes investimentos da indústria extractiva, passou a sofrer uma reorientação para uma vertente mais comercial<sup>94</sup>. Conforme referiu o antigo Presidente da República Armando Guebuza, em entrevista ao Centro Europeu de Desenvolvimento de Políticas de Gestão em 2012:

“Acredito que a relação tem que continuar. Mas a relação provavelmente vai mudar no sentido em que, com o passar do tempo, e à medida que tivermos mais recursos em nosso orçamento, precisaremos de mais relações comerciais de negócios com os países que tradicionalmente forneceram financiamento para o desenvolvimento. Ela mudará com o passar do tempo; daqui a cerca de dez anos, não estaremos mais dependentes

---

<sup>92</sup> Cortez (2018), *op.cit.*, pp.124

<sup>93</sup> FMI (2019). *Op.cit.*, pp. 3.

<sup>94</sup> ANDERSON, Emily J. (2012). *What does Hydrocarbon Wealth mean for Foreign Aid in Mozambique?* Policy Briefing 50. Johannesburg: South African Institute of International Affairs, pp.3.

das doações como estamos hoje. Podemos esperar uma mudança gradual no foco do relacionamento”<sup>95</sup>.

O discurso optimista de Guebuza ainda não se vislumbra real, devido a vários factores que levaram ao atraso dos grandes projectos de LNG, sobretudo os ataques terroristas que afectam a província de Cabo Delgado desde Outubro de 2017. Este discurso evidencia a mudança de postura em relação aos doadores, que sempre representaram uma pressão externa na promoção da governação democrática. O que se verifica após 2009 é, para além da consolidação do domínio da Frelimo, uma crescente deterioração dos atributos democráticos, marcada pela censura aos meios de comunicação independentes, restrições da sociedade civil e dos partidos políticos e a captura dos órgãos de gestão eleitoral.

Na verdade, o que houve nesta relação foi uma mudança de interesses. Por um lado, o interesse do Estado moçambicano era de obter dinheiro, que chegava através da ajuda externa. Por outro lado, os doadores tinham o interesse de expandir a democracia liberal, como parte da sua agenda de política externa, e pretendiam transmitir a ideia de que o modelo de democracia implementado nos seus países é funcional. Altera-se o interesse de uma das partes, no caso, do governo moçambicano, através da percepção de que o dinheiro que se tinha por via da ajuda externa, pode chegar por outros meios. Consequentemente, o governo ficou arrogante e todas as coisas que queria fazer antes e não podia fazer porque dependia do dinheiro dos doadores, a partir daquele momento, já podia fazer.

Uma das primeiras reacções foi na componente de *accountability*. Ou seja, o governo deixou de prestar contas e mais ainda, contratou as dividas ocultas. A contratação das dividas ocultas não pode ser vista apenas como corrupção – na verdade, foi, igualmente, um elemento de demonstração de poder.

*“O governo disse nós vamos contratar as dividas e vamos pagar com o nosso dinheiro. O projecto era de criar poder coercivo para o Estado, e para tal vamos contratar as dividas sem dizer ao FMI e nem aos doadores porque vamos pagar com o nosso dinheiro do gás”*<sup>96</sup>.

Depreende-se, portanto, que o novo contexto reduziu a necessidade de ser “bem visto” aos olhos dos doadores e das instituições financeiras internacionais. Conforme referiu Borges

---

<sup>95</sup> Vollmer (2013), *op. cit.*, pp. 138.

<sup>96</sup> Entrevista com Borges Nhamirre, realizada no dia 06.09.2024.

Nhamirre, Pesquisador do Centro de Integridade Pública (CIP), um dos entrevistados neste estudo, o advento dos recursos naturais estratégicos da Bacia do Rovuma, entre 2009 e 2010, surge como um “game changer” e a governação ficou mais autoritária. Aumentou a arrogância do governo em relação aos doadores, e de igual forma a repressão da mídia e da sociedade civil. Mais ainda, esta tendência autoritária viria a ser evidenciada pela manipulação das eleições por via do aparato do Estado, ou seja, “antes, as eleições eram fraudulentas, mas a fraude era escondida, para que o país não fosse negativamente avaliado. Quando descobrem o gás natural, mandam as instituições perpetrarem a fraude. Os resultados eleitorais são definidos pelas elites, evidenciando um autoritarismo eleitoral”, frisou o entrevistado<sup>97</sup>.

Na mesma linha de ideias, o académico Régio Conrado considera que a existência de recursos naturais estratégicos e a sua capacidade de controle vai implicar a consolidação de um regime de distribuição neopatrimonial e prebendal. Ou seja, quanto mais recursos económicos um determinado partido tiver em uma situação autoritária, estes recursos são mobilizados, por um lado, para consolidar-se como o partido que consegue produzir programas que são dispositivos de captação de afinidade com os eleitores e instrumentos que permitem a distribuição desses mesmos recursos. Ademais, Régio Conrado afirmou que:

*“estes recursos vão fazer com que o partido não tenha nenhum receio de desenvolver mecanismos autoritários de gestão de poder, e isso pode ter como implicação, a redução da estrutura de participação pública na governação, a redução da possibilidade de usufruto das liberdades fundamentais e a redução da capacidade de os doadores criticarem as suas ações”*<sup>98</sup>.

As análises mais recentes do processo moçambicano de democratização e do ambiente de governação mostram que o país tem caminhado paulatinamente para uma autocracia. O Índice de Democracia (ID) da *Economist Intelligence Unit* fornece uma visão sobre a qualidade da democracia em 167 países e territórios, tendo como base cinco categorias, nomeadamente: processo eleitoral e pluralismo, funcionamento do governo, participação política, cultura política e liberdades civis. Os resultados obtidos da classificação dos indicadores das cinco categorias permitem classificar cada país em um dos quatro tipos de regimes: democracia

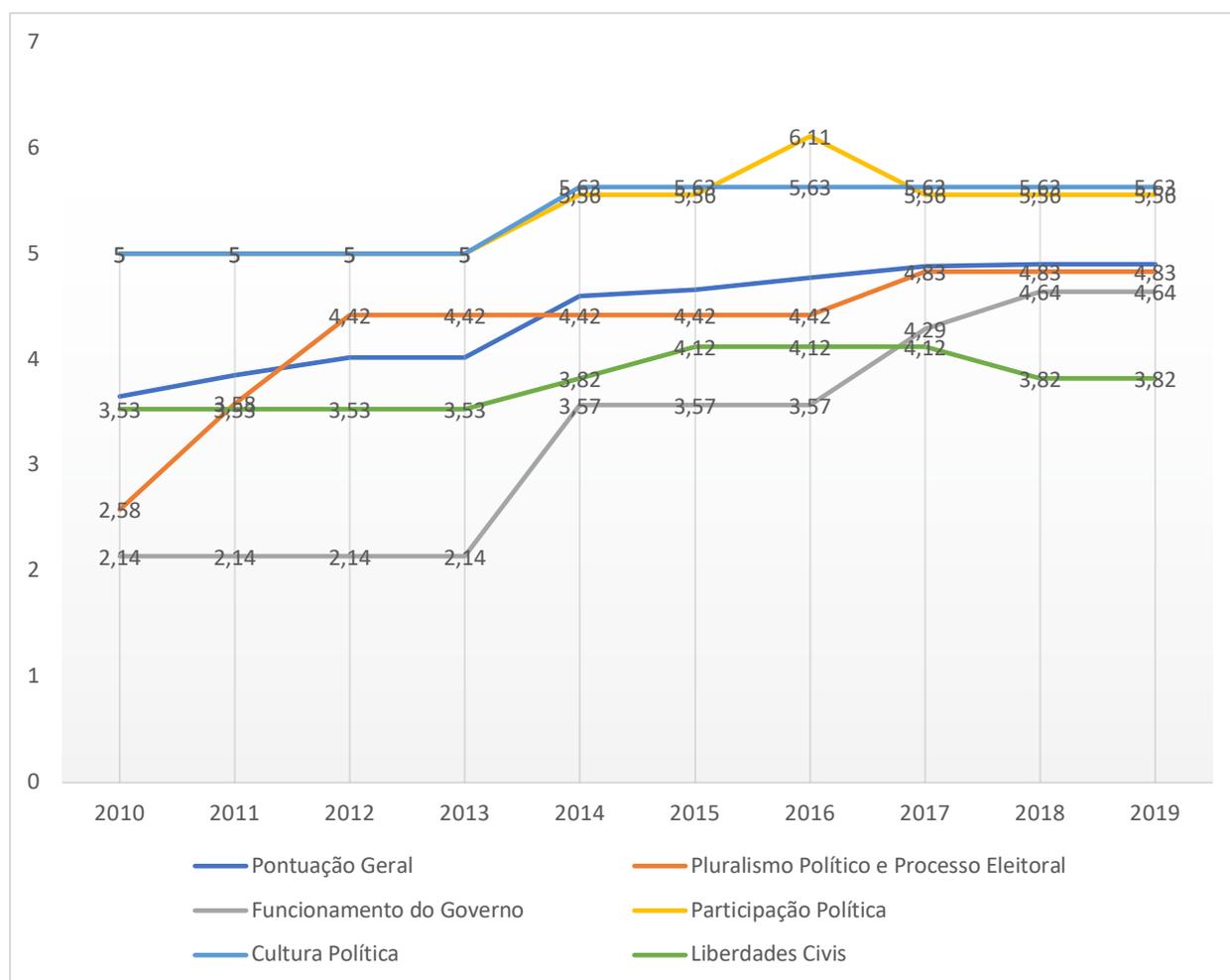
---

<sup>97</sup> Entrevista com Borges Nhamirre, realizada no dia 06.09.2024.

<sup>98</sup> Entrevista com Régio Conrado, realizada no dia 11.07.2024.

plena, democracia defeituosa, regime híbrido ou regime autoritário<sup>99</sup>. Todas edições do ID, entre os anos de 2010 e 2019 evidenciam que o desempenho de Moçambique não tem melhorado substancialmente, havendo, contrariamente, uma tendência de deterioração. Vista numa perspectiva comparativa, nota-se que essa tendência tem sido crescente, sobretudo nos últimos cinco anos.

Gráfico 2. Desempenho de Moçambique no ID por categoria (2010 – 2019)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos ID's (2010 – 2019)

<sup>99</sup> As 5 cinco categorias que compõem o ID são baseadas na avaliação de 60 indicadores, sendo que cada indicador tem uma classificação em uma escala de 0 a 10.

Os dados mostram que em geral, o país tem tido uma pontuação baixa em quase todos indicadores, sendo os mais críticos o funcionamento do governo, processo eleitoral e pluralismo e liberdades civis. Na edição referente ao ano de 2019, Moçambique foi classificado como um regime autoritário, ocupando a posição 120, o que significa que houve uma queda de no ranking global. Em 2018, o país encontrava-se na posição 116, marcando o ano em que foi, pela primeira vez, classificado como um regime autoritário. Portanto, até 2017, ao manter a posição 115, na qual se encontrava em 2016, Moçambique era considerado um regime híbrido, facto que se verificou também nos cinco anos anteriores, conforme ilustra a tabela.

Tabela 4: Classificação de Moçambique no ID

Ano	Posição (1/167)	Classificação (Tipo de Regime)
2019	120	Regime Autoritário
2018	116	Regime Autoritário
2017	115	Regime Híbrido
2016	115	Regime Híbrido
2015	109	Regime Híbrido
2014	107	Regime Híbrido
2013	104	Regime Híbrido
2012	102	Regime Híbrido
2011	100	Regime Híbrido
2010	99	Regime Híbrido

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos ID's (2010 – 2019).

À luz do ID, regimes híbridos são aqueles em que as eleições têm irregularidades substanciais, que muitas vezes as impedem de ser livres e justas, a corrupção tende a ser generalizada e o Estado de Direito é fraco. Por outro lado, nos regimes autoritários o pluralismo político é praticamente ausente ou fortemente limitado. As eleições não são livres e justas, há desrespeito e violações das liberdades civis, a *media* é controlada, há repressão às críticas ao governo e censura generalizada. Com ligeiras diferenças metodológicas, os relatórios da *Freedom House*, mostram a mesma tendência de reforço do autoritarismo nos últimos anos e o país tem sido classificado como “parcialmente livre”. O país tem estado entre os que mais registam o maior

declínio nos direitos e liberdades políticas ao longo das últimas décadas. No *ranking* global, a pontuação de Moçambique até 2019 era de 51 pontos.

A mesma tendência, pode ser verificada no Índice de Governança Africana Mo Ibrahim, que avalia o desempenho da governação em 54 países africanos, fornecendo pontuações e tendências específicas sobre as dinâmicas de governação em África. Conforme os resultados das pesquisas, Moçambique até regista, nos últimos anos, algum progresso nas variáveis de “Desenvolvimento Humano”. Entretanto, as pontuações não têm sido satisfatórias para variáveis de “Participação, Direitos e Inclusão”, que incluem aspectos cruciais da governação democrática, nomeadamente, liberdade de associação e assembleia; pluralismo político; espaço da sociedade civil; eleições democráticas; liberdades civis; liberdade de expressão e crença; e liberdade dos meios de comunicação social<sup>100</sup>.

Tabela 5: Tendências dos Indicadores de participação no Ibrahim Index of African Governance (2012 – 2019)

MEDIDA	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
 PARTICIPAÇÃO, DIREITOS E INCLUSÃO	56.9	56.7	57.1	56.2	55.6	54.1	54.5	54.1
 Participação	54.8	55.1	59.0	54.3	49.9	49.1	51.7	49.5
 Direitos	61.7	61.7	61.1	61.4	62.8	58.3	57.2	61.0
<i>Liberdade de associação e assembleia</i>	37.5	37.5	50.0	50.0	50.0	50.0	50.0	50.0
<i>Pluralismo político</i>	85.1	86.7	86.7	62.4	53.0	50.3	48.1	48.0
<i>Espaço da sociedade civil</i>	61.3	61.0	61.0	67.2	59.5	60.4	72.9	75.1
<i>Eleições democráticas</i>	35.4	35.2	38.3	37.5	36.9	35.7	35.8	24.9
<i>Liberdades civis</i>	53.8	53.8	53.8	52.5	52.5	48.4	48.4	49.1
<i>Liberdade de expressão e crença</i>	83.3	82.4	82.0	81.0	80.8	69.0	68.5	66.7
<i>Liberdade dos meios de comunicação social</i>	60.5	61.2	59.8	55.1	62.0	55.8	50.4	52.2

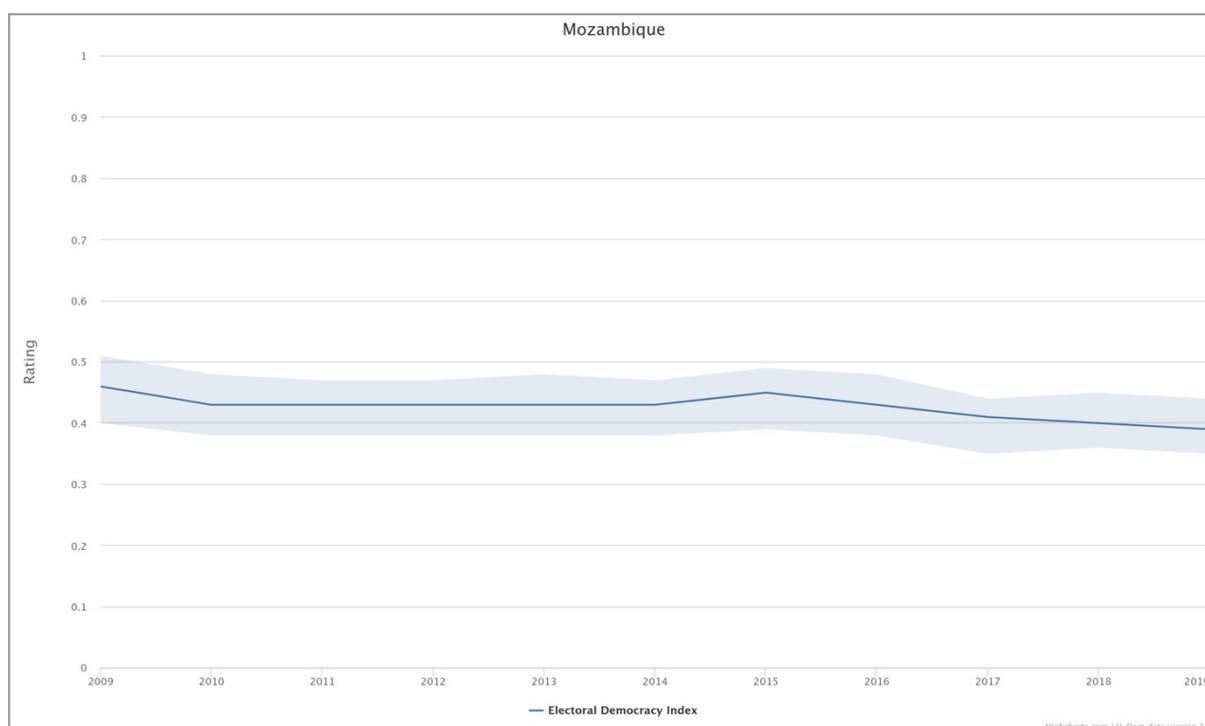
 Pontuações mais baixas  Pontuações mais altas

Fonte: Dados do Ibrahim Index of African Governance (IIAG)

<sup>100</sup> <https://iiag.online/data.html?meas=PRI-PARTICIP-RIGHTS-INCLEQ-WOMEQ&loc=MZ&view=table&subview=score&range1from=2012&range1to=2021&range2from=2017&range2to=2021&showLowest=true&showHighest=true&showEstimated=true&showTrimmed=true&showTrimmedEstimated=true&showHighlights=true&showFullContext=false&showAAT=false>

O Índice de Democracia Eleitoral do V-DEM, que mede aspectos críticos da democracia, tais como eleições limpas, a liberdade de expressão e a independência dos meios de comunicação social, mostra que a pontuação para Moçambique está entre “não democrático” e “totalmente democrático”. Durante o período de 2009 a 2019, a pontuação de Moçambique diminuiu de 0,49 para 0,41 sinalizando a deterioração das suas frágeis instituições democráticas e o aumento da autocracia<sup>101</sup>.

Gráfico 3: Desempenho de Moçambique no Índice de Democracia Eleitoral (2009 - 2019)



Fonte: <https://www.v-dem.net/graphing/graphing-tools/>

Em geral, todos mecanismos ou instrumentos de avaliação das tendências da democracia e da governação, apesar de usarem metodologias e nalguns casos indicadores diferentes, os resultados são homogéneos – Moçambique está gradualmente a perder os atributos de um regime democrático. Portanto, verifica-se uma crescente restauração autoritária, através do reforço do domínio partidário, e os recursos naturais estratégicos são uma variável fundamental para compreender essa trajetória reversa. Este cenário, tem implicação nas dinâmicas de competição eleitoral e no espaço de actuação das organizações da sociedade civil (OSC's).

<sup>101</sup> DA SILVA, Delma C. (2022). *ELECTORAL INTEGRITY IN MOZAMBIQUE – INSTITUTIONS, STRUCTURES AND INTERNATIONAL PLAYERS*. Master's Dissertation. University of the Witwatersrand: Wits School of Governance., pp.21

### 3.1. Autoritarismo Eleitoral e as Dinâmicas da Competição Política

Desde o estabelecimento dos processos eleitorais em Moçambique, os órgãos de administração eleitoral têm sido considerados os principais intervenientes na promoção da transparência desses processos. Após as primeiras eleições (1994, 1999 e 2004), o seu desempenho foi geralmente considerado aceitável, entretanto, a partir das eleições de 2009, a situação mudou drasticamente. A exclusão de candidatos dos partidos políticos da oposição, aliada à falta de transparência na forma como o processo eleitoral foi organizado, colocou estes órgãos no centro da polémica<sup>102</sup>. Estas práticas configuram autoritarismo eleitoral, uma “façanha” dos regimes autoritários que permitem a realização de eleições regulares, mas minam o seu espírito através de uma severa e sistemática manipulação autoritária<sup>103</sup>.

As eleições de 2019 simbolizam o apogeu destas práticas e assumiram um papel decisivo para a reprodução social e política da elite da Frelimo através do refinamento dos mecanismos de distribuição clientelista de dinheiro que começou com as fases iniciais da exploração e extração do gás natural da Bacia do Rovuma. Para o partido, era necessário preservar o poder a todos os níveis e a todo o custo, a fim de evitar o surgimento de “esferas de legitimidade” fora das suas próprias práticas sociais e políticas estabelecidas<sup>104</sup>, colocando em causa a integridade eleitoral. Ou seja, a integridade eleitoral em Moçambique deteriorou-se em todas as eleições e as eleições têm sido recorrentemente incapazes de cumprir o seu mandato<sup>105</sup>. A radiografia de Joseph Hanlon (2024) sobre o processo eleitoral moçambicano mostra que o sistema de gestão eleitoral em vigor no país não seria permitido na maioria das democracias, não só devido ao controlo do partido Frelimo, como também pelo seu secretismo, que viabiliza a fraude eleitoral. Nas suas palavras:

(...) a parte mais importante do projeto para permitir a fraude é o facto de a CNE e o STAE fazerem todo o apuramento e determinação dos resultados em segredo. A contagem efectiva dos boletins de voto, nas assembleias de voto, está aberta aos partidos, à imprensa e aos observadores. Mas o apuramento superior dos resultados a nível distrital, provincial e nacional é totalmente secreto. Estas comissões eleitorais e os STAEs são livres de alterar ou excluir

---

<sup>102</sup> DO ROSÁRIO, Domingos, GUAMBE, Egídio (2023). *Decentralising Fraud: New Models of Electoral Manipulation during the 2019 General Elections in Mozambique*, Journal of Southern African Studies, 49:4, 677-695, DOI: 10.1080/03057070.2023.2291897., pp.681.

<sup>103</sup> SCHEDLER, Andreas (2015). *Electoral Authoritarianism*. John Wiley & Sons, Inc. ISBN 978-1-118-90077-2., pp.1

<sup>104</sup> Do Rosário e Guambe (2023), *op.cit.*, pp.679

<sup>105</sup> Da Silva (2022), *op.cit.*, pp.21-22

resultados, sem qualquer justificação pública, e não mantêm qualquer registo das alterações (Hanlon, 2024, pp.6).

Esta aceção corrobora com um conjunto de evidências sobre o autoritarismo eleitoral que caracteriza as eleições moçambicanas, conforme apresentadas pelo autor em alusão. Nas eleições gerais de 2009 e 2014, que foram fortemente criticadas pelos doadores, houve registos de, entre outras irregularidades, casos de enchimento generalizado de urnas, anulação ou invalidação intencional dos boletins de voto da oposição, indícios de má conduta e fraude nas assembleias de voto, alocação de material de recenseamento eleitoral obsoleto nas zonas de influência da oposição e parcialidade dos tribunais na gestão do contencioso eleitoral, incluindo o Conselho Constitucional (CC).

As eleições autárquicas de 2018 são vistas como tendo marcado um ponto de viragem, no qual deixou de existir qualquer tentativa de afirmar que as eleições foram livres e justas. “A fraude deixou de ser escondida. Em vez disso, estas eleições mostraram que a Frelimo foi publicamente autorizada a roubar eleições em pelo menos quatro municípios, apesar dos observadores e da publicidade. E que os tribunais e o Conselho Constitucional não constituíam um meio de controlo”<sup>106</sup>. As eleições gerais de 2019 não estiveram distantes deste padrão e observou-se que nestas eleições mais de meio milhão de votos foram fraudulentos, houve inflação de dados do recenseamento eleitoral na província de Gaza<sup>107</sup>, as assembleias de voto foram inundadas com “observadores” da Frelimo, num contexto em que observadores de OSC’s independentes tiveram constrangimentos na credenciação, e os níveis de violência eleitoral foram elevados. Nestas eleições, tudo foi feito para ganhar as eleições a todo o custo e reafirmar o poder da Frelimo<sup>108</sup>. Foi igualmente nestas eleições que o activista Anastácio Mavele, que liderava uma plataforma de observação eleitoral na província de Gaza foi barbaramente assassinado e foi provado em julgamento que os perpetradores eram agentes da Polícia da República de Moçambique (PRM)<sup>109</sup>.

O gráfico abaixo apresenta a tendência de Moçambique em relação a transparência das eleições, autonomia dos órgãos de administração eleitoral e competição política. Nota-se que em relação a transparência das eleições, a classificação sempre esteve baixa e tende a ficar mais

---

<sup>106</sup> HANLON, Joseph (2024). *25 Anos de Fraude Eleitoral Protegida pelo Secretismo*. Maputo: Centro de Integridade Pública – CIP., pp.16

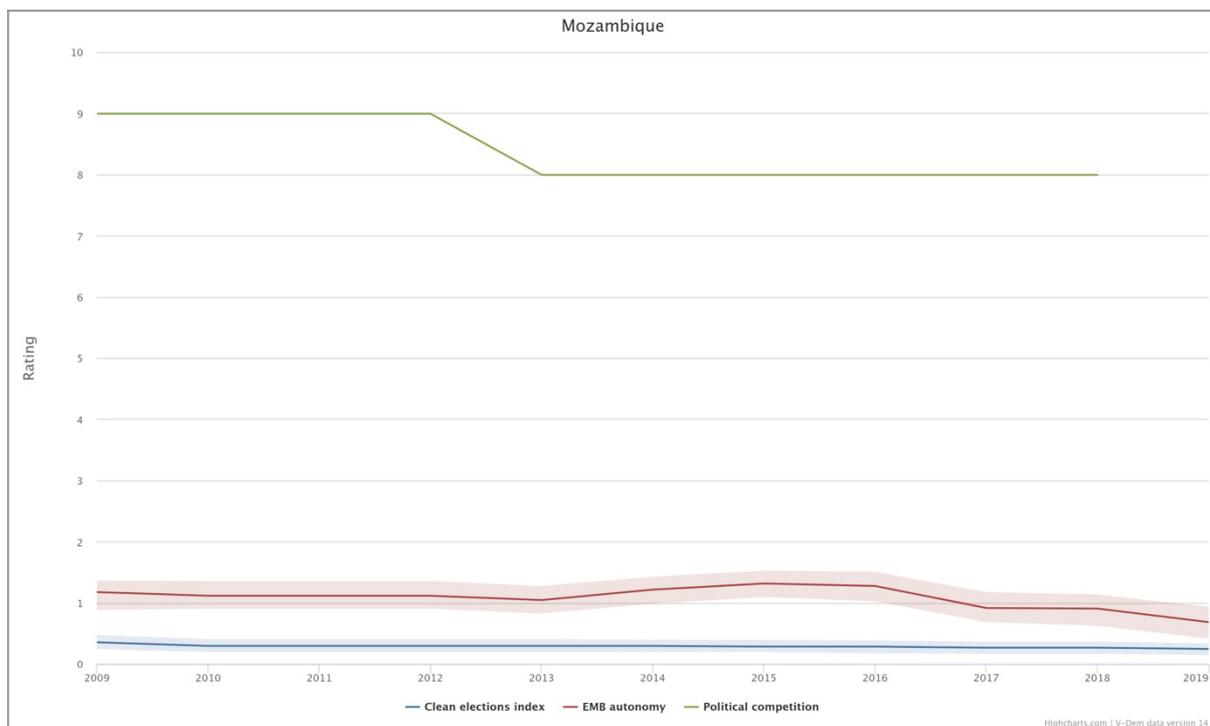
<sup>107</sup> Para mais detalhes vide: FRANCISCO, António (2019). *Se a Estatística não Mente, Porque Há Quem Teime em Usá-la para Manipular o Processo Eleitoral?* IDEIAS, Boletim N° 115p. Maputo: IESE.

<sup>108</sup> Hanlon (2024), *Ibidem*, pp.17

<sup>109</sup> <https://www.rfi.fr/pt/mo%C3%A7ambique/20200618-mo%C3%A7ambique-3-a-24-anos-de-pris%C3%A3o-para-assassinos-de-anast%C3%A1cio-mavele>

baixa ao longo do tempo. Nota-se, igualmente, a mesma tendência que no que diz respeito a autonomia dos órgãos de gestão eleitoral, o que significa que apesar de a CNE e o STAE terem alguma autonomia em algumas questões, em questões mais críticas que influenciam o resultado das eleições, estes órgãos são parciais em relação ao partido incumbente. Na verdade, isto resulta das lógicas políticas por detrás da composição da CNE. O princípio de paridade na composição da CNE foi abandonado a favor do princípio de representação parlamentar e a forte influência exercida pela Frelimo teve implicações na composição dos órgãos de administração eleitoral, condicionando o papel destes órgãos na sua transparência, neutralidade e independência na gestão do processo eleitoral<sup>110</sup>.

Gráfico 4: Tendência de Moçambique em relação a transparência das eleições, autonomia dos órgãos de administração eleitoral e competição política



Fonte: Dados do V-DEM Institute

Com efeito, a co-optação efectiva dos membros da CNE pelos partidos políticos anulou a possibilidade de a CNE cumprir o seu papel formal de imparcialidade. Não obstante ao facto de a paridade ter sido definida de acordo com a proporção de representação parlamentar de um partido e a inclusão de representantes da sociedade civil, a composição dos órgãos de

<sup>110</sup> Do Rosário (2020), op.cit., pp.149

administração eleitoral a nível central e local permaneceu dominada por uma maioria de membros com fortes ligações ao partido incumbente. Isso permitiu ao partido incumbente controlar os mecanismos de tomada de decisão a todos os níveis e “fabricar” táticas para manipular eleições a nível local<sup>111</sup>.

### **3.2. Implicações no Espaço Cívico**

Apesar da existência de um ambiente legal favorável para o exercício da liberdade de expressão e outras liberdades fundamentais por parte das OSC's em Moçambique, a prática mostra que o exercício deste direito tem sido violado aos diferentes níveis e tem tomado várias formas, desde ameaças directas ou subtis que têm sido feitas em forma de aconselhamento por parte de indivíduos anónimos<sup>112</sup> e nos casos mais extremos violência física e assassinatos. O novo contexto de descoberta e exploração de recursos naturais estratégicos e efervescência autoritária tende a reduzir o papel da sociedade civil como um actor de pressão na governação e institucionalização de práticas democráticas.

Para além do crescente risco de cooptação, nos últimos anos, observa-se uma mudança significativa na arquitectura de financiamento das OSC's, com implicações na sua capacidade de actuação. Este fenómeno resulta, em parte, da mudança da abordagem dos doadores e da necessidade que estes têm de criar um ambiente amistoso com o governo para facilitar a implantação das multinacionais que operam no sector de hidrocarbonetos. A posição defendida por Régio Conrado em entrevista para esta pesquisa espelha estas nuances:

*(...) a redução do financiamento a sociedade civil está a ter efeitos perversos, reduz a sua resiliência e a capacidade de serem contundentes na abordagem de assuntos ligados a governação. Qualquer organização que se radicaliza na contestação do regime corre o risco de ver o seu financiamento reduzido, porque actualmente, em sede das negociações que os parceiros têm com o governo, começam a ver que as portas ficam limitadas aos que financiam estas organizações. Os parceiros não querem confusões com o Estado, querem ter acesso ao Estado. O Estado moçambicano tende a se consolidar com mais vigor, obrigando as organizações da sociedade civil a estarem alinhadas as suas políticas<sup>113</sup>.*

---

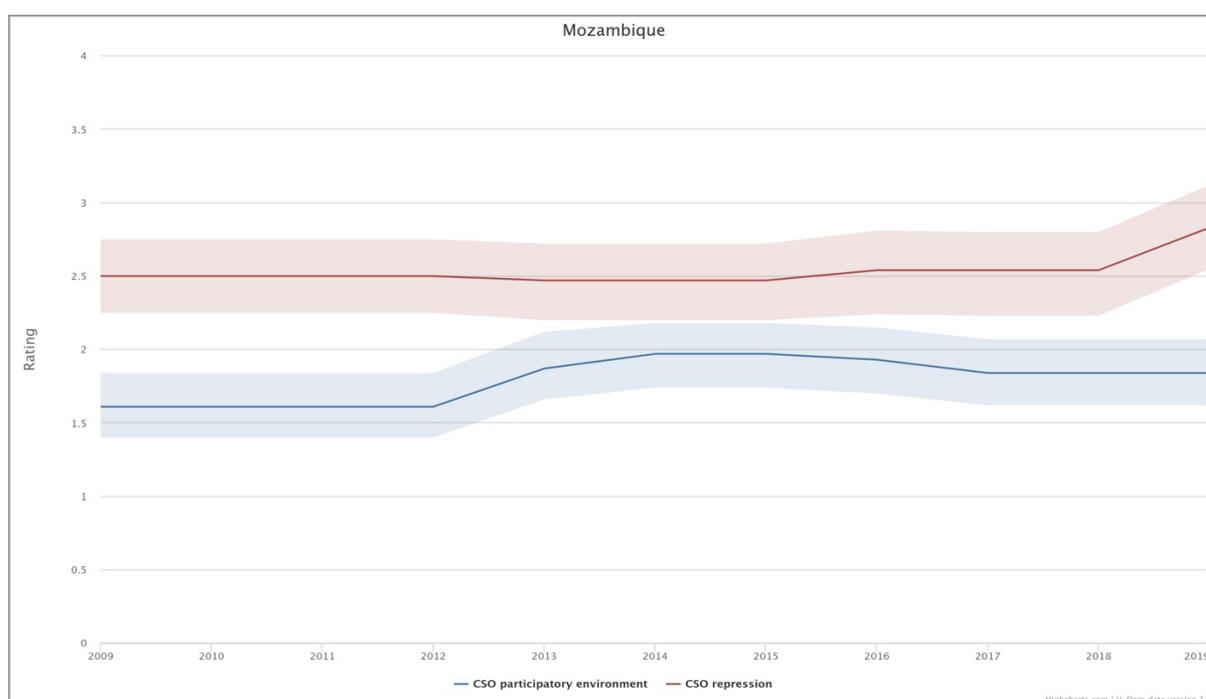
<sup>111</sup> Do Rosário e Guambe (2023), op.cit., pp. 682

<sup>112</sup> FRANCISCO, Albino (2017). *A Sociedade Civil e o Espaço Cívico em Moçambique: Fraquezas e Desafios*. Documento resumo apresentado na Conferência Nacional da Sociedade Civil, 29/11/2017., pp.10

<sup>113</sup> Entrevista com Régio Conrado, realizada no dia 11.07.2024.

Conforme demonstrado nas secções anteriores, a existência de recursos naturais estratégicos levou a uma redefinição das relações entre o governo e os doadores, num contexto em que estes últimos passaram a ter poucos de dispositivos de pressão ao Estado autoritário. Sobre a repressão das OSC's os dados do V-Dem mostram que apesar de ser moderada, existe repressão as OSC's e tentativas de dissuadir a sua ação e liberdade de se expressarem. Essa tendência permaneceu relativamente estável, mas tem vindo a se agravar. Quanto a participação, nota-se que existem OSC's independente do governo, mas poucas pessoas estão activas nelas e o seu envolvimento popular é mínimo.

Gráfico 5: Tendência de Moçambique sobre o ambiente de participação e repressão das OSC's



Fonte: Dados do V-DEM Institute

Há uma convergência entre as tendências apresentadas e o entendimento de que o espaço cívico está cada vez mais restrito o que faz com que as diferentes organizações que trabalham em defesa dos direitos humanos, e não só, tenham a percepção de que seu espaço de actuação tende a ficar limitado<sup>114</sup>. Nota-se que para o contexto específico da governação dos recursos naturais

<sup>114</sup> SALIMO, Padil, MONJANE, Celso (2021). *Narrativas Desqualificadoras à Sociedade Civil em Moçambique e a Sua Contribuição para o Fechamento do Espaço Cívico*. Relatório Final. Maputo: Joint., pp.10)

estratégicos, o governo implementa mecanismos como a Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva (ITIE), que tem a particularidade de permitir a participação da sociedade civil, numa lógica tripartida que envolve o governo e as empresas do sector extractivo. Entretanto, evidências sugerem que efectivamente, o seu potencial como ferramenta de aprimoramento da governação permanece subutilizado. Ou seja, tem servido mais como um recurso político-institucional de que o governo se apropria como sinal de comprometimento com a transparência e prestação de contas (boa governação), sem, no entanto, alterar as suas práticas governativas, ou seja, sem que coloque em causa o *status quo*”<sup>115</sup>.

#### 4. Considerações Finais

O presente estudo propôs-se a analisar as implicações políticas da abundância dos recursos estratégicos na governação democrática num sistema de partido dominante, partindo do caso de Moçambique. Para orientar a reflexão desenvolvida, partiu-se do pressuposto de que a descoberta e expectativa de exploração dos recursos naturais estratégicos e a extensão do controlo sobre esses recursos influencia a trajetória e a configuração do sistema partidário dominante em Moçambique, na direção de uma democracia iliberal, através do enfraquecimento da competição política e reforço do poder autoritário.

Conforme sugere o tema do estudo, “Recursos Naturais e Restauração Autoritária Num Sistema de Partido Dominante: O Caso de Moçambique (2009 – 2019)”, assume-se que nos primeiros anos de instauração da democracia multipartidária, Moçambique conheceu uma efervescência pluralista, que foi bruscamente interrompida pela efervescência autoritária camuflada com base na realização cíclica de eleições. Ou seja, mesmo com as reformas introduzidas, a velha ordem política autoritária sempre esteve presente, apesar de camuflada, e tende, nos últimos anos, a se recompor com mais vigor e os recursos naturais estratégicos constituem uma variável fundamental para compreender esta tendência.

O estudo definiu como objectivos, descrever os recursos naturais estratégicos de Moçambique e o seu potencial fiscal; descrever o processo de institucionalização da democracia e a configuração do sistema partidário moçambicano; examinar a relação entre os recursos naturais

---

<sup>115</sup> Maluana (2020), *op.cit.*, pp.63

estratégicos e o reforço do autoritarismo em Moçambique e analisar o impacto do partido dominante na qualidade da democracia num contexto de abundância de recursos naturais.

Deste modo, foi demonstrado que embora as primeiras descobertas de gás e actividades comerciais tenham se concentrado no Sul, com os projectos de Pande e Temane, na província de Inhambane o futuro do sector de gás natural em Moçambique está no extremo Norte, com as grandes descobertas da Bacia do Rovuma, na província de Cabo Delgado. Estas descobertas assinalam o prenúncio do fim da dependência externa extrema e o início de uma economia dependente das futuras receitas de gás. Para a elite política, um futuro menos dependente de ajuda externa virou sinónimo de uma governação menos vulnerável às pressões dos doadores para a institucionalização das normas democráticas. Em termos práticos, o novo contexto reduziu a necessidade de o regime ser “bem visto” aos olhos dos doadores tradicionais, transitou-se para uma abordagem comercial com os doadores, e o governo ficou mais arrogante e menos responsável (accountable).

Com efeito, a análise do processo de institucionalização da democracia e a configuração do sistema partidário moçambicano mostrou que o bipartidarismo que se assistiu nos primeiros anos, marcado pela alta competição política e eleitoral entre a Frelimo e a Renamo, cedo deu lugar a um sistema de partido dominante com tendências hegemónicas. Sucede que este domínio não tem sido sustentado por pressupostos de maturação do sistema democrático, havendo uma tendência oposta, que remete a ideia de eferescência autoritária, sobretudo a partir de 2009, num contexto que coincide com a descoberta de enormes quantidades de recursos estratégicos na Bacia do Rovuma. A análise longitudinal das eleições moçambicanas mostrou que as eleições de 2009, 2014 e sobretudo de 2019 permitiram ao partido no poder consolidar o seu domínio, com respaldo para o processo democrático, numa lógica de preservação do poder a todo o custo.

Ainda que estejam ainda numa fase prematura de exploração, os recursos naturais estratégicos têm gerado vantagens de poder ao partido Frelimo, que tem acesso privilegiado ao Estado, amplia a sua capacidade de distribuição de benefícios aos seus correligionários através de redes clientelistas e garante a robustez financeira para campanhas eleitorais e financiamento das suas actividades. Com esta prerrogativa, o campo político é desnivelado em detrimento dos partidos da oposição, que operam numa situação de precaridade. No período em estudo, foi possível constatar que o nível de fechamento do espaço político e sufoco a oposição foi tão grande que não vendo outros meios, a Renamo recorreu as armas para enfrentar materialmente o poder

autoritário da Frelimo, instalando uma crise política e militar sem precedentes, entre 2012 e 2019.

Ao longo do período em análise, o estudo evidenciou uma correlação entre o advento dos recursos naturais estratégicos e o fortalecimento do poder autoritário. Ou seja, foi demonstrado que o processo moçambicano de democratização está a seguir uma trajetória reversa, marcada pela queda paulatina dos atributos democráticos. A análise dos principais instrumentos de medição da governação democrática usados no estudo, *Democracy Index*, *Mo Ibrahim* e *V-Dem*, apesar de aplicarem metodologias diferentes, confirmam esta tendência e classificam o país como um regime autoritário ou não democrático. Verifica-se uma crescente restauração autoritária, através do reforço do domínio partidário, e os recursos naturais estratégicos são uma variável fundamental para compreender essa trajetória reversa. Para viabilizar a preservação do poder a todo o custo, foi institucionalizada a prática do autoritarismo eleitoral com a captura dos órgãos de administração eleitoral (CNE e STAE), vistos como responsáveis pelas fraudes eleitorais ostensivas que se verificam a cada eleição e outros mecanismos de manipulação que minam a competição político-partidária. Este cenário tem se reflectido negativamente no espaço cívico, tornando-o mais hostil e fechado. Igualmente, o novo contexto de descoberta e exploração de recursos naturais estratégicos e efervescência autoritária tende a reduzir o papel da sociedade civil como um actor de pressão na governação e institucionalização de práticas democráticas.

Portanto, cruzando os pressupostos apresentados pela literatura com os resultados e com o suporte do referencial teórico adoptado, confirma-se a hipótese levantada para o estudo, que sustenta que “a descoberta e expectativa de exploração dos recursos naturais estratégicos e a extensão do controlo sobre esses recursos influencia a trajetória e a configuração do sistema partidário dominante em Moçambique, na direcção de uma democracia iliberal, através do enfraquecimento da competição política e reforço do poder autoritário”.

## 5. Referências Bibliográficas

African Development Bank, Organization for Economic Co-operation and Development, United Nations Development Programme, Economic Commission for Africa (2013). *African Economic Outlook 2013: Structural transformation and natural resources*. OECD.

AHMED, Raed A. (2010). *A critical analysis of the role of oil in hindering transition towards democracy in the Middle East*. Information, Society and Justice, Vol.3, pp. 95 – 105.

ALDEN, Chris (2001). *Mozambique and the Construction of the New African State: From Negotiations to Nation Building*. New York: Palgrave.

ANDERSON, Emily J. (2012). *What does Hydrocarbon Wealth mean for Foreign Aid in Mozambique?* Policy Briefing 50. Johannesburg: South African Institute of International Affairs.

ASLAKSEN, Silje. (2010). *Oil and democracy: More than a cross-country correlation?* Journal of Peace Research 47 (4):421-431.

AZEVEDO-HARMAN, Elisabete (2015). *Patching Things up in Mozambique*. *Journal of Democracy* 26 (2): 139– 150. <http://doi.org/10.1353/jod.2015.0036>.

BARMA, N. H., KAISER, K.T.M.L., VINUELA, L. (2016). *Rents to Riches? The Political Economy of Natural Resource-Led Development*. Washington DC: The World Bank.

BJØRNDAL, Magnus (2015). *Authoritarian regime type, oil rents and democratic transition: Investigating the oil curse*. Master thesis, Department of Political Science. University of Oslo.

BOENTE, Alfredo. BRAGA, Gláucia. *METODOLOGIA CIENTIFICA CONTEMPORÂNEA PARA UNIVERSITÁRIOS E PESQUISADORES*. Rio de Janeiro: Brasport, 2004.

BRITO, Luís (2019). *Multipartidarismo, Geografia do Voto e Descentralização em Moçambique*. Desafios para Moçambique 2019. Maputo: IESE.

BTI-country\_report\_2006\_MOZ.pdf. Disponível em: [https://bti-project.org/fileadmin/api/content/en/downloads/reports/country\\_report\\_2006\\_MOZ.pdf](https://bti-project.org/fileadmin/api/content/en/downloads/reports/country_report_2006_MOZ.pdf)

CHAIMITE, Egídio E. (2023). *Negotiating Authoritarianism in Manjacaze, Mozambique: Between Frelimo's Strategies and People's Tactics*. PhD Thesis. University of Sussex: Institute of Development Studies.

CHICHAVA, Sérgio (2009). *Mozambican Democracy: Research Notes*. Comunicação apresentada no Workshop “Transition to What? African Liberation and Pro-Democracy Movements’ (Anti) Democratic Heritage” realizado em Bergen, Noruega.

CHICHAVA, Sérgio (2010). *Movimento Democrático de Moçambique: uma nova força política na democracia moçambicana?* Cadernos IESE N° 2. Maputo: IESE.

CORTÊS, Edson R.O. (2018). *Velhos Amigos, Novos Adversários: As Disputas, Alianças e Reconfigurações Empresariais na Elite Política Moçambicana*. Tese apresentada para a obtenção do grau de Doutor em Antropologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa. Lisboa.

DA SILVA, Delma C. (2022). *ELECTORAL INTEGRITY IN MOZAMBIQUE – INSTITUTIONS, STRUCTURES AND INTERNATIONAL PLAYERS*. Master's Dissertation. University of the Witwatersrand: Wits School of Governance.

DE BRITO, Luís (2003). *THE ELECTORAL SYSTEM AND CONFLICT IN MOZAMBIQUE*. Journal of African Elections, 2 (2).

DE JAGER, Nicola, DU TOIT (2013). *Friend or Foe? Dominant Party Systems in Southern Africa: Insights from the developing world*. South Africa: UCT Press.

DEY, Ian (1993). *Qualitative Data Analysis: A User-Friendly Guide for Social Scientist*. Routledge: London.

DE RENZIO, Paolo, HANLON, Joseph (2007). *Contested Sovereignty in Mozambique: The dilemmas of aid dependence*. GEG Working Paper, No. 2007/25, University of Oxford.

DIAMOND, Lary, MORLINO, Leonardo (2004). *The Quality of Democracy: Na Overview*. Journal of Democracy, 25 (4).

DO ROSÁRIO, Domingos (2020). *Órgãos De Administração Eleitoral Em Moçambique: Entre A (Im)Parcialidade, (In)Dependência e a Procura De Transparência Nas Eleições “Competitivas” Em Tempos De Regimes Híbridos: 1994-2019*. In DO ROSÁRIO et. Al (2020) *Democracia Multipartidária em Moçambique*. Maputo: EISA.

DO ROSÁRIO, Domingos et. al (2020). *Democracia Multipartidária em Moçambique*. Maputo: EISA.

DO ROSÁRIO, Domingos, GUAMBE, Egídio (2021). *Democracia Moçambicana pós-Afonso Dhlakama e Daviz Simango: Iminente fim da oposição em Moçambique?* Policy Brief N° 14. Maputo: EISA.

DO ROSÁRIO, Domingos, GUAMBE, Egídio (2023). *Decentralising Fraud: New Models of Electoral Manipulation during the 2019 General Elections in Mozambique*, Journal of Southern African Studies, 49:4, 677-695, DOI: 10.1080/03057070.2023.2291897.

DUNNING, Thad (2008). *CRUDE DEMOCRACY: NATURAL RESOURCES WEATH AND POLITICAL REGIMES*. Cambridge: Cambridge University Press.

ETIKAN, Ilker, MUSA, Sulaiman A., ALKASSIM, Rukayya S. *Comparison of Convenience Sampling and Purposive Sampling*. Vol. 5. No.1. American Journal of Theoretical and Applied Statistic, 2016.

FMI (2016). *Republic of Mozambique Selected Issues*.

FMI (2019). *Republic of Mozambique Selected Issues*.

FRANCISCO, Albino (2017). *A Sociedade Civil e o Espaço Cívico em Moçambique: Fraquezas e Desafios*. Documento resumo apresentado na Conferência Nacional da Sociedade Civil, 29/11/2017.

FRANCISCO, António (2019). *Se a Estatística não Mente, Porque Há Quem Teime em Usá-la para Manipular o Processo Eleitoral?* IDEIAS, Boletim N° 115p. Maputo: IESE.

GREENE, Keneth F. (2007). *Why Dominant Parties Lose: Mexico's Democratization in Comparative Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press.

GYLFASON, Thorvaldur (2004). *Natural Resources and Economic Growth: From Dependence to Diversification*. No. 4804. Discussion Papers Series. London: Centre for Economic Policy Research.

HANLON, Joseph (2024). *25 Anos de Fraude Eleitoral Protegida pelo Secretismo*. Maputo: Centro de Integridade Pública – CIP.

HOFMANN, Khatharina (2013). *Economic Transformation in Mozambique: Implications for Human Security*. FES.

I2A Consultoria (2020). *Relatório Independente da Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva: Ano de 2019*. Moçambique: Maputo.

JENSEN, N., & WANTCHEKON, L. (2004). *Resource Wealth and Political Regimes in Africa*. *Comparative Political Studies*, 37(7), 816-841. <https://doi.org/10.1177/0010414004266867>

LEE, Chia-Yi (2013). *The Globalization of Natural Resources: How External Actors Affect Political Survival in Resource Rich Countries*. *All Theses and Dissertations (ETDs)*. 1203. <https://openscholarship.wustl.edu/etd/1203>.

LEVITSKY, Steven, WAY, Lucan A. (2002). *Elections Without Democracy: The Rise of Competitive Authoritarianism*. *Journal of Democracy*, 13 (2).

LEVITSKY, Steven, ZIBLATT, Daniel (2018). *HOW DEMOCRACIES DIE*. New York: Crown.

LUHRMAN, Anna, LINDBERG, Staffan (2019). *A third wave of autocratization is here: what is new about it? Democratization*, DOI: <https://doi.org/10.1080/13510347.2019.1582029>

MACUANE, J.J, BUUR, L. MONJANE, C. (2017). *POWER, CONFLICT AND NATURAL RESOURCES: THE MOZAMBICAN CRISIS REVISITED*. African Affairs, 1 – 24.

MACUANE, José J. MUIANGA, Carlos (2020). *Recursos naturais, instituições e transformação económica em Moçambique*. WIDER Working Paper 2020/136. Helsínquia: ONU-WIDER.

MACUANE, José J., MUIANGA, Carlos (2023). *The Uncertain Development Impact of the Extraction Sector*. 269 – 297, In *Mozambique at Fork in the Road*. The Institutional Diagnostic Project Eds. CRUZ et. al (2023). Cambridge University Press.

MALUANA, Américo M. (2020). *Governança dos Recursos Naturais em Moçambique: Estudo da Implementação da Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva (2009 – 2020)*. Trabalho de Fim de Curso apresentado à Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Administração Pública. Maputo: UEM.

MANNING, Carrie, MALBROUGH, Monica (2012). *The Changing Dynamics of Foreign Aid and Democracy in Mozambique*. Working Paper N° 2012/18, UNU-WIDER.

MARCONI, Marina A., LAKATOS, Eva M. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5ªed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. *TÉCNICAS DE PESQUISA*. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MAYLEY, J.R. (2015). *A anatomia da maldição dos recursos: Investimento predatório nas indústrias extractivas de África*. Washington DC: Centro de Estudos Estratégicos de Africa.

MEDEIROS, João Bosco. *Redação Científica: A Prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas*. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MELINA, Giovanni, XIONG, Yi (2013). *Natural Gas, Public Investment and Debt Sustainability in Mozambique*. IMF Working Paper, 13 (261).

MICHEL, Maria Helena. *Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas, 2005.

MONJANE, Celso (2019). *Rethinking the political economy of commodity-based linkages: Insights from the coal sector in Mozambique*. Roskild Universitet.

MOZAFFAR, Shaheen (2006). *Understanding party dominance in Africa*. In *Challenges to Democracy by One Party Dominance: A Comparative Assessment*. Konrad Adanauer Stiftung, Seminar Report N° 17. Johannesburg.

NINO, Helena P., LE BILLION, Philippe (2014). *Foreign Aid, Resource Rents and State Fragility in Mozambique and Angola*. The Annals of American Academy of Political Science. Vol. 256.

NRGI (2015). *The Resource Curse: The Political and Economic Challenges of Natural Resource Wealth*. NRG Reader. Disponível em: [https://resourcegovernance.org/sites/default/files/nrgi\\_Resource-Curse.pdf](https://resourcegovernance.org/sites/default/files/nrgi_Resource-Curse.pdf).

NUVUNGA, Adriano (2005). *Multiparty Democracy in Mozambique: Strengths, Weaknesses and Challenges*. EISA Report No 14.

NUVUNGA, Adriano (2014). *FROM THE TWO-PARTY TO THE DOMINANT-PARTY SYSTEM IN MOZAMBIQUE, 1994 – 2012: Framing Frelimo Party Dominance in Context*. PhD Thesis, Eramus University Rotterdam.

PITCHER, M. Anne. *MOZAMBIQUE ELECTION 2019: PERNICIOUS POLARIZATION, DEMOCRATIC DECLINE, AND RISING AUTHORITARIANISM*. 119/476. African Affairs: Oxford University Press, 2020.

Plano Director do Gás Natural (2014). Aprovado na 16.<sup>a</sup> Sessão Ordinária do Conselho de Ministros.

PORTER, Alex et. al (2017). *Can Natural Gas Improve Mozambique's Development?* Institute for Security Studies, Frederick S Pardee Center for International Futures.

PRIOR, Lindsay (2014). *Content Analysis*. In LEAVY, Patricia (Eds). *The Oxford Handbook of Qualitative Research*. Oxford University Press.

ROSS, M. (2012). *THE OIL CURSE: How Petroleum Wealth Shape the Development of Nations*. New Jersey: Princeton University Press.

REDDY, Thiven (2013). *The dominant party system and democracy: The Congress Party in India*. In DE JAGER, Nicola, DU TOIT (2013). *Friend or Foe? Dominant Party Systems in Southern Africa: Insights from the developing world*. South Africa: UCT Press.

ROSS, M. (2013). *The politics of the resource curse: a review*. Los Angeles: University of California.

SACHS, Jeffery. WARNER, Andrew (1995) *NATURAL RESOURCE ABUNDANCE AND ECONOMIC GROWTH*. NBER Working Paper 5398. Cambridge MA: Harvard Institute for International Development.

SALIMO, Padil, MONJANE, Celso (2021). *Narrativas Desqualificadoras à Sociedade Civil em Moçambique e a Sua Contribuição para o Fechamento do Espaço Cívico*. Relatório Final. Maputo: Joint.

SANCHES, Edalina R. (2014). *“Novo contexto, mas velha política”: a evolução do sistema partidário moçambicano entre 1994 e 2014*. “Espaço Lusófono”1974/2014 – Trajetórias Económicas e Políticas – Textos, Fundação Calouste Gulbenkian.

SCHEDLER, Andreas (2015). *Electoral Authoritarianism*. John Wiley & Sons, Inc. ISBN 978-1-118-90077-2.

SITOE, E. (2020). *Lições da Experiência Moçambicana de Democratização*. In DO ROSARIO at. al (orgs.). *Democracia Multipartidária em Moçambique*. EISA.

THE CARTER CENTER (2014). *Election Report: Presidential, Legislative, and Provincial Assembly Elections in Mozambique*.

VAN DE PLOEG, Frederick (2010). *Natural Resources: Curse or Blessing?* CESifo Working Paper No. 3125.

VOLLMER, Frank. (2013). The Changing Face of Africa: Mozambique's Economic Transformation and its Implications for Aid Harmonisation. *Irish Studies in International Affairs*, 24: 137–64.

WANTCHEKON, L. (1999). *Why Resource Dependent Countries Have Authoritarian Governments?* Yale University Leitner Center Working Paper 99- 12. New Haven, CT: Yale University.

WANTCHEKON, L. (2002). *Why do Resource Abundant Countries Have Authoritarian Governments?* Journal of African Development, African Finance and Economic Association (AFEAA), vol. 5(2), pages 145-176.

WORLD BANK (2018). *Mozambique – Southern Africa Regional Gas Project*. Independent Evaluation Group, Project Performance Assessment Report 132744. Washington, DC: World Bank.

I2A Consultoria (2020). *Relatório Independente da Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva: Ano de 2019*. Moçambique: Maputo.

#### **Portais da Internet:**

- <http://www.inp.gov.mz/pt/Pesquisa-Producao/Areas-de-Pesquisa-e-Producao-Actuais/Area-PPA-Pande-Temane>
- [https://macua.blogs.com/moambique\\_para\\_todos/2007/04/oposio\\_deve\\_ser.html](https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2007/04/oposio_deve_ser.html)

- <https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-assinado-o-acordo-de-paz-definitiva-e-reconcilia%C3%A7%C3%A3o-nacional/a-49919241>
- <https://verdade.co.mz/exxonmobil-e-eni-apadrinham-reeleicao-de-nyusi-e-do-partido-frelimo/>
- <https://iiag.online/data.html?meas=PRI-PARTICIP-RIGHTS-INCLEQ-WOMEQ&loc=MZ&view=table&subview=score&range1from=2012&range1to=2021&range2from=2017&range2to=2021&showLowest=true&showHighest=true&showEstimated=true&showTrimmed=true&showTrimmedEstimated=true&showHighlights=true&showFullContext=false&showAAT=false>
- <https://www.v-dem.net/graphing/graphing-tools/>